UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS TRABALHADORES: *estudo de caso do curso "Responsabilização de Agentes segundo a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU"*

Stéfanny de Souza Pereira

Brasília

2014

STÉFANNY DE SOUZA PEREIRA

REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS TRABALHADORES: *estudo de caso do curso "Responsabilização de Agentes segundo a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU"*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília no curso de Pedagogia.

Orientadora: Professora Dr.ª Nara Maria Pimentel.

Brasília

2014

PEREIRA, Stéfanny de Souza.

Reflexão sobre Educação de Adultos Trabalhadores: *estudo de caso do curso "Responsabilização de Agentes segundo a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU"* / Stéfanny de Souza Pereira. – Brasília, 2014.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2014.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Nara Maria Pimentel.

Palavras-chave: Educação, Educação de Jovens e Adultos- EJA, Educação Corporativa, Capacitação Profissional, Educação a Distância - EaD.

STÉFANNY DE SOUZA PEREIRA

REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS TRABALHADORES: ***estudo de caso do curso "Responsabilização de Agentes segundo a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU"***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Doutora Nara Maria Pimentel.

Banca Examinadora

Professora Dr.ª Nara Maria Pimentel (Orientadora)
Faculdade de Educação - UnB

Professor Dr. Erlando Reses
Faculdade de Educação - UnB

Professora Ma. María del Rosário Tatiana Fernández Méndez
Instituto de Artes - UnB

Professora Ma. Nirce Barbosa Castro Ferreira (suplente)
Faculdade de Educação - UnB

Aprovado em: 9 de dezembro de 2014

A todos que passaram pela minha história e enriqueceram a minha alma.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço profundamente Àquele que tudo fez e que pelas mãos da Santíssima Virgem Maria continuará a fazer de mim tudo que Lhe aprouver: meu Pai, meu Senhor.

À minha mãe Socorro por me oferecer amor, colo e aconchego a todo instante. Pela companhia diária e por sempre acreditar em mim.

Ao meu pai Frank por sempre priorizar a minha educação e nunca medir esforços para me oferecer o melhor.

Ao meu noivo, companheiro de todas as horas. Obrigada pela paciência de sempre, por me inspirar e me entender. Sávio, a tua paixão pela vida me faz amar ainda mais as minhas escolhas.

Ao meu irmão Wesley, minha cunhada Ivana e minha amada sobrinha Inês. Por todo apoio e verdade que vocês me ajudam a enxergar.

Aos meus fiéis amigos, por compreenderem a minha ausência e aceitarem o meu retorno sempre de braços abertos.

À professora Nara Pimentel, minha estimada orientadora, por todas as importantes contribuições. Aos professores que se dispuseram a avaliar este trabalho e consequentemente agregar mais conhecimentos nesta etapa tão importante.

Agradeço a todos os amigos e colegas que dividiram comigo essa árdua e prazerosa caminhada que é a graduação. E também aos companheiros de trabalho em todos os ambientes pelos quais passei; agradeço à vida por me proporcionar a convivência com pessoas tão maravilhosas e profissionais tão dedicados.

“Todo educador é profeta de esperança”.
Autor desconhecido

PEREIRA, Stéfanny de Souza. REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS TRABALHADORES: *estudo de caso do curso "Responsabilização de Agentes segundo a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU"*. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Trabalho de Conclusão de Curso, 2014.

RESUMO

Diante das constantes mudanças em nossa sociedade e da evidente necessidade de aperfeiçoamento para a prática profissional, a iniciativa de órgãos públicos e empresas privadas no investimento na formação dos seus funcionários cresceu consideravelmente. O presente trabalho tem por objetivo investigar e identificar se o curso oferecido pelo Instituto Serzedello Corrêa para capacitação profissional na Educação Corporativa atinge os objetivos educacionais propostos, neste contexto de mudança. Para tanto abordamos a Educação de Jovens e Adultos e suas características seguido de uma reflexão e análise do Curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU" no contexto da Educação Corporativa a luz dos ideais do TCU. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e um Estudo de Caso baseado na coleta de dados obtidos através da aplicação de questionários a 40 servidores dentre eles estudantes, tutores e coordenadores pedagógicos do curso. Como resultado da pesquisa, a análise dos dados revelou que o alcance dos objetivos educacionais do curso é, em geral, atingido, no entanto, revelam a necessidade de se inserir nas práticas educativas de formação continuada do órgão uma nova visão do processo de capacitação dos servidores já que a sociedade mudou e o mundo do trabalho no contexto de uma sociedade capitalista também exige novos padrões e critérios de formação.

Palavras-chave: Educação, Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Corporativa, Capacitação Profissional, Educação a Distância - EaD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Acessando o curso 43
Figura 2 - Página inicial do curso 44
Figura 3 - Quadro de Avisos 45
Figura 4 - Fórum "Fale com a Monitoria" 45
Figura 5 - Guia do Participante 47
Figura 6 - Guia de utilização do AVEC 47
Figura 7 - Fórum de Debates 49
Figura 8 - Biblioteca Virtual e Avaliação de Satisfação 50
Figura 9 - Atividade Avaliativa (tarefa) 57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo 52
Gráfico 2 – Idade 53
Gráfico 3 – Tempo de serviço 53
Gráfico 4 – Programação do evento educacional 54
Gráfico 5 – Ambiente virtual de aprendizagem 56
Gráfico 6 – Desempenho dos tutores 58
Gráfico 7 – Resultados do Evento Educacional 59
Gráfico 8 – Expectativa de Suporte 61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVEC - Ambiente Virtual de Educação Corporativa

EaD - Educação a Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ISC – Instituto Serzedello Corrêa

JK - Centro Educacional Juscelino Kubitschek

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

Seduc – Serviço de Ações Educacionais a Distância

Segecex - Secretaria-Geral de Controle Externo

Seplad - Serviço de Diagnóstico, Planejamento e Desenvolvimento de Ações Educacionais

T&D - Modelo de Treinamento e Desenvolvimento

TCU – Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologias de Informação

TICs – Tecnologias de informação e comunicação

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Linha do tempo - Educação de Jovens e Adultos (EJA) 31

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 6

RESUMO 8

LISTA DE FIGURAS 9

LISTA DE GRÁFICOS 10

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES 11

LISTA DE TABELAS 12

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA 15

MEMORIAL EDUCATIVO 19

CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 24

CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA 29

CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO: CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA ... 36

3.1. O Tribunal de Contas da União (TCU) 36

3.2. Educação Corporativa no TCU 38

3.3. O Instituto Serzedello Côrrea (ISC) 39

3.4. O Serviço de Ações Educacionais a Distância (SEDUC) 40

3.5. O ambiente virtual de aprendizagem - *Moodle* 42

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS DADOS 51

4.1. Análise dos questionários aplicados aos estudantes 51

4.2. Análise do questionário aplicado ao coordenador pedagógico 66

4.3. Análise dos questionários aplicados aos tutores 68

CONSIDERAÇÕES FINAIS 72

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS 75

REFERÊNCIAS 76

ANEXOS 80

1. Organograma do Instituto Serzedello Corrêa 81

2. Questionário aplicado aos *estudantes* do curso “Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU” 82

APÊNDICES 85

1. Questionário aplicado ao *coordenador pedagógico* do curso “Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU” 86

2. Questionário aplicado aos *tutores* do curso “Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU” 87

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa foi desenvolvida durante o período do segundo semestre de 2014 sendo destinada para a realização do trabalho final de conclusão do curso de Pedagogia. Encontra-se estruturada em Memorial Educativo, apresentação do tema e as Perspectivas Profissionais. No Memorial descrevo a minha trajetória escolar e acadêmica, percorrendo da educação infantil até a conclusão do curso de Pedagogia. Durante esse percurso, relato também as minhas experiências profissionais, que foram essenciais para o meu crescimento pessoal e profissional e contribuíram bastante com a minha formação.

A segunda parte deste trabalho trata da apresentação do tema e da pesquisa realizada para a elaboração desse estudo. Aborda as constantes mudanças em nossa sociedade que impactam profundamente na educação continuada e na necessidade de aperfeiçoamento para a prática profissional. Diante disso, o crescimento da iniciativa de órgãos públicos e empresas privadas no investimento na formação continuada dos seus funcionários tem sido significativo.

O Tribunal de Contas da União conta com o Instituto Serzedello Corrêa, sua escola corporativa, para este fim. A maior parte do público-alvo de suas ações educacionais corresponde ao próprio quadro de servidores, que estão cada vez mais interessados e criteriosos quanto à qualidade dos cursos oferecidos.

Nesse contexto, constituem-se objetivos dessa investigação:

Objetivo Geral:

- Investigar e identificar se o curso oferecido pelo Instituto Serzedello Corrêa atinge os objetivos educacionais propostos refletindo sobre o impacto deste curso no desempenho da prática profissional dos trabalhadores adultos.

Objetivos Específicos:

- Identificar se a abordagem educativa adotada na proposta do curso vai ao encontro da realidade da sociedade e do mundo do trabalho atual;
- Verificar se o curso foi organizado levando em conta as especificidades do público-alvo;
- Verificar se os conteúdos abordados foram do interesse dos participantes e se contribuíram com a prática profissional;

- Identificar as principais dificuldades do servidor para a realização da capacitação.

Para alcançar esses objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica e Estudo de Caso. O estudo de caso teve como objeto o curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU" levando em conta o contexto em que é ofertado no TCU. A coleta de dados FOI realizada através da aplicação de questionários aos estudantes, tutores e coordenação pedagógica do curso. A bibliografia utilizada foi interpretada e analisada de acordo com as perspectivas relevantes para o alcance dos objetivos.

Segundo Gonsalves (2001, p. 64) "a metodologia significa o estudo dos caminhos a serem seguidos, incluindo, aí, os procedimentos escolhidos". Diante disso, descreveremos o processo metodológico utilizado na realização desta pesquisa, explicitando os procedimentos utilizados na produção dos dados e por que tais técnicas foram utilizadas em detrimento de outras. Marconi e Lakatos (1992, p. 43) definem pesquisa como:

> um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui o caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

A questão básica dessa pesquisa trata de investigar e identificar se o curso oferecido pelo Instituto Serzedello Côrrea atinge os objetivos educacionais propostos. A pesquisa bibliográfica, como nos apresenta Gil (2010, p. 27) é a busca de uma problematização de um projeto de pesquisa a partir de referências já publicadas. Constitui-se uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica, de conhecimento, e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e pertinentes.

Para Gil (2010, p. 58) o estudo de caso "é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado". Esse autor (apud YIN, 2005, p. 32), coloca que "o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade".

O instrumento de coleta de dados utilizado nessa pesquisa foi o questionário, definido por Gil (2010, p. 121) como uma "técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses [...]". Lakatos e Marconi (1991, p. 201) também o definem como "um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador". Gil (2010, p. 122) apresenta as vantagens desse instrumento:

> a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige treinamento de pesquisadores; c) garante anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisados às influências das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

O questionário mostra-se muito útil para o pesquisador que deseja recolher informações sobre determinado tema e delimitar o público-alvo, pois permite que um número elevado de pessoas seja interrogado em curto período de tempo. Construir um questionário, como mostra Gil (2010, p. 132), consiste em traduzir em questões específicas e da maneira mais clara possível os objetivos da pesquisa. Os dados coletados irão apresentar ao pesquisador importantes informações para descrever as características e observações do público escolhido.

Neste trabalho, foram aplicados três questionários diferentes. O primeiro[1], submetido aos estudantes tem como objetivo verificar quais as impressões dos participantes do curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU" acerca do alcance dos objetivos educacionais propostos e a efetividade da aplicação dos conteúdos disponibilizados em sua realidade de trabalho. Para isso, foram elaboradas 30 perguntas, sendo 28 questões fechadas - o respondente escolhe uma alternativa dentre as que são apresentadas - e duas questões abertas, nas quais os participantes contam com um espaço para escrever livremente suas próprias respostas.

Esse questionário foi realizado através do sistema interno do ISC (ISCNet), de modo que as respostas foram agrupadas e um cálculo médio das variáveis

[1] Este questionário foi desenvolvido e aplicado pelo Serviço de Educação a Distância do TCU e fez parte das análises nesta pesquisa.

apresentadas. Informações como sexo, idade e tempo de serviço dos respondentes são geradas automaticamente, considerando que para responder ao questionário, o participante precisa estar *logado* em sua máquina com as informações de senha e matrícula do TCU. Esse *login* possibilita o acesso a tais informações.

O segundo[2] questionário, aplicado ao coordenador pedagógico da ação educacional, compõe-se de quatro perguntas abertas relacionadas ao processo de reconhecimento da demanda e elaboração do curso. O terceiro questionário foi submetido aos dois tutores desta capacitação; formado por cinco questões abertas, o objetivo era coletar informações acerca do desenvolvimento do curso e percepções quanto ao resultado final e alcance dos objetivos educacionais.

As considerações finais sintetizam os resultados e perspectivas obtidos ao longo deste trabalho. E na última parte, intitulada "Perspectivas Profissionais" apresento as minhas aspirações de carreira profissional após o término do curso de Pedagogia.

[2] O segundo questionário e o terceiro foram elaborados especificamente para esta pesquisa.

MEMORIAL EDUCATIVO

> *Olhe em cada caminho com cuidado e atenção. Tente-o tantas vezes quantas julgar necessárias... Então, faça a si mesmo uma pergunta: possui este caminho um coração? Em caso afirmativo, o caminho é bom... Caso contrário, esse caminho não possui nenhum significado.* Carlos Castañeda

Reescrevi esse memorial dezenas de vezes. A cada releitura, enxergava de um jeito diferente minhas experiências, sempre extraindo uma nova lição. Que sensação maravilhosa essa de se reconhecer e reinventar a cada dia. E foi assim que cheguei até aqui...

Meu nome é Stéfanny de Souza Pereira, tenho 20 anos, sou filha de piauienses e carrego no coração esse estado que gerou grande parte da minha família e que sempre me acolhe de braços abertos. Meus pais vieram para Brasília em 1992; nessa época o meu único irmão Wesley tinha 2 anos. Dois anos depois eu viria ao mundo: Nasci no dia 7 de setembro de 1994, no Hospital Regional do Gama e cresci cercada me muito amor.

Iniciei minha vida escolar em 1998, na Escolinha do Mickey, mas não tenho recordações desse curto período (fevereiro a julho), apenas algumas fotografias. Em agosto desse mesmo ano, nos mudamos para a cidade de Santa Maria e em 1999 fui matriculada na escola Meu Cantinho II. Os únicos registros que tenho dessa fase são das brincadeiras na hora do recreio. Não me lembro da professora, nem das atividades que fazíamos. Por muitas vezes me esforcei para lembrar mais detalhes desse ano escolar, já que foi nesse período que aprendi a ler e escrever, mas infelizmente não trago recordações nítidas desse processo inicial de alfabetização.

Em 2000, comecei a estudar no Colégio Paloma, onde permaneci até a 4ª série do Ensino Fundamental. Como eu já sabia ler e escrever fiz um teste de nivelamento e fui matriculada na 1ª série do Ensino Fundamental, pulando assim o então chamado Jardim III; por conta disso sempre fui um ano mais nova que os meus colegas de turma. Os quatro anos em que estudei nessa escola foram muito felizes, até hoje mantenho contato com alguns amigos dessa época.

Em 2004 meus pais decidiram que eu e meu irmão estudaríamos na mesma escola e escolheram nos matricular no Centro Educacional Juscelino Kubitschek localizado no Gama. Amava estudar no Colégio Paloma, uma escolinha pequena e acolhedora que ficava perto da minha casa e onde estavam todos os meus amigos, por conta disso demorei a aceitar essa mudança. Os primeiros dias no JK foram

estranhos e difíceis: A escola era muito maior do que a anterior, ficava em outra cidade e o nível social dos alunos um pouco acima do que eu estava acostumada. A diferença dos professores também me assustou: Eu que estava acostumada com a "tia", precisava aprender a lidar com um educador para cada matéria e a nova carga de estudo.

Estudei a 5ª e 6ª série no período vespertino. Depois disso, pedi para que os meus pais me matriculassem em uma turma pela manhã, já que a maior parte dos meus colegas faria essa mudança. Esses mesmos amigos permaneceriam como até a conclusão do Ensino Médio.

Os anos finais do Ensino Fundamental foram marcados por professores incríveis. Lembro-me muito bem das aulas de Português e História, nas quais nem percebíamos o tempo passar... Até hoje sou fascinada por essas matérias e ainda cogito a possibilidade de cursar uma licenciatura nessas áreas; sei que isso se deve aos exemplos de professores que tive.

Em 2008 iniciei o Ensino Médio. Mais mudanças, novas oportunidades e perspectivas. Agora cada matéria havia sido dividida em duas áreas de conhecimento (exemplos: Matemática tornava-se Álgebra e Geometria, Português transformou-se em Literatura e Gramática) e, por conta disso, a quantidade de professores duplicou. As aulas de Educação Física passaram a ser realizadas no contraturno. Esse período da minha vida foi, sem dúvidas, o mais feliz da Educação Básica. Os amigos, os professores, a dinâmica da escola... Tudo contribuiu para que eu passasse por essa fase, por vezes tão temida, de forma agradável e tranquila.

Ainda no 1º ano do Ensino Médio, por conta da influência e bons exemplos dos professores, decidi que cursaria alguma licenciatura. Mas como escolher? Tantas áreas do conhecimento me interessavam. Foi quando, pesquisando no próprio site da UnB, me deparei com o curso de Pedagogia e logo de cara me encantei. Vi que poderia estudar um pouco de tudo que gostava e que essa graduação me permitiria atuar em áreas diferentes da docência. Minha mãe havia sido professora da Educação Infantil e por um pequeno período na minha infância ela deu aula de "reforço" para alguns de nossos vizinhos. Ela escolheu não dar continuidade ao trabalho nessa área, para dedicar-se aos cuidados dos filhos. A possibilidade de seguir os passos da profissão escolhida pela minha mãe também pesou na minha escolha pelo curso.

Ainda na metade do 3º ano decidi prestar o vestibular, apenas por curiosidade e para que no fim do ano eu já estivesse um pouco acostumada com aquele modelo de provas. Qual foi a minha surpresa quando vi o meu nome entre os aprovados! Eu não acreditava que aquilo era possível e a "ficha só caiu" depois que meus amigos começaram a me ligar para me parabenizar. Nunca esquecerei aquela sensação maravilhosa: A conquista de um sonho havia chegado muito antes do que eu esperava! Pelo fato de ter sido adiantada ainda na Educação Infantil, ingressei na UnB com apenas 16 anos.

Ao iniciar o curso de Pedagogia me deparei com um universo completamente novo e incomum que é a Universidade e percebi também que esse curso me oferecia inúmeras possibilidades de áreas de atuação. Nos dois primeiros semestres busquei as mais variadas disciplinas para tentar conhecer o máximo das opções que a Pedagogia oferece.

Fui agraciada com excelentes professores, que certamente ficarão marcados para sempre na minha memória, como o educador Renato Hilário, Fátima Vidal, Maria Fernanda Cavaton, Paula Cobucci, Nara Pimental, Silmara Carina, Patricia Pederiva e Teresa Cristina.

A fase inicial da graduação é extremamente importante para definirmos o nosso rumo acadêmico; vi muitos colegas desistirem, perderem a motivação, mudarem para outros cursos... Felizmente crescia em mim o desejo de continuar e a paixão pela educação só aumentava. A vida na Universidade me fascinava, me dava liberdade.

No terceiro semestre optei por realizar o Projeto 3 na área de Educação Infantil. As atividades eram realizadas em uma creche pública na L2 Norte. Observava semanalmente as aulas e de acordo com a demanda apresentada pela turma deveria, ao final do semestre, realizar alguma atividade que correspondesse a essa necessidade. Ao final de um semestre observando uma turma de Berçário II (1-2 anos) confeccionei juntamente com as crianças um jogo de boliche. Essa proposta surgiu depois que identifiquei como são escassas as opções de material didático e lúdico para essa etapa da educação infantil.

Ao final do semestre seguinte, no qual observei uma turma de Período II (5-6 anos), atuei como escriba de uma história produzida coletivamente pela turma. Foram experiências muito ricas e prazerosas que agregaram valores importantes

para a minha formação pessoal e acadêmica. A partir do contato com essas educadoras, pude sentir na pele o dia-a-dia de quem precisa se desdobrar diante da falta de recursos, de apoio das famílias e inúmeros outros fatores que serviriam para afugentar qualquer um, mas que ao mesmo tempo enxerga no brilho do olhar de cada criança uma razão para seguir lutando.

Também no terceiro semestre iniciei um estágio em uma instituição privada onde trabalhei como monitora, auxiliando a professora titular na elaboração e acompanhamento das atividades de uma turma de Jardim II (5-6 anos). Trabalhei mais de um ano nessa escola (agosto de 2011 a dezembro de 2012), sempre com crianças dessa faixa etária. Esse ambiente acrescentou muito à minha formação, oferecendo uma valiosa experiência que me servirá para a vida toda.

Nesse colégio pude aprender na prática aquilo que estava vendo na faculdade e muito mais. Sempre fui respeitada pela equipe gestora e por todos os pais dos meus alunos, quebrando o estigma de que estagiários sempre são subestimados ou desmerecidos. Foi muito gratificante poder conviver, brincar, ensinar e aprender junto às crianças.

> *O meu coração estava preso às crianças, a sua felicidade era a minha felicidade – elas deviam ler isso na minha fronte, perceber isso nos meus lábios, a cada instante do dia.* Pestalozzi

Após esse período, trabalhei por dois meses na escola Vivendo e Aprendendo. Apesar do curto espaço de tempo, aprendi valiosas lições nesta instituição. A escola esforça-se a colocar em prática uma proposta educacional inovadora e, por conta disso, eu possuía mais autonomia para elaborar projetos e atuar junto aos alunos. Foram semanas ricas e proveitosas.

Graças as experiências nos estágios e também ao que vivenciei com o Projeto 3 passei a admirar ainda mais a Educação Infantil, mas comecei a sentir um desejo de conhecer outras áreas de atuação.

Do quarto ao sexto semestres da graduação, atuei como monitora da disciplina de Psicologia da Educação onde auxiliava os alunos na utilização do ambiente virtual de aprendizagem da Faculdade de Educação e corrigia os resumos escritos por eles acerca de textos da disciplina.

Tal experiência tornou-se tão prazerosa que estimulou a minha candidatura à uma vaga de estágio para monitorar cursos à distância do Tribunal de Contas da

União. Iniciei o trabalho em abril de 2013 e me surpreendi com a experiência. Apesar dos constantes diálogos dentro da universidade e o meu interesse em explorar todas as áreas da Pedagogia, não imaginava que o alcance era tão amplo. Dentro do TCU pude ver como funciona uma escola corporativa e quão necessária é a nossa profissão dentro desse ambiente.

No Instituto Serzedello Corrêa pude conhecer excelentes profissionais que, mesmo não tendo cursado uma licenciatura ou não estarem atuando em sua área de formação específica, esforçam-se em aprimorar-se na prática educativa. Esta experiência mostrou-se tão prazerosa que serviu como incentivo para este trabalho de conclusão de curso. Essa é também uma forma de oferecer um pequeno retorno e agradecer ao que o estágio me proporcionou.

Ao chegar nessa reta final, uma das minhas poucas certezas é a de que a Stéfanny que entrou no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília em 2010, não é a mesma que se forma em 2014. As lições e experiências que adquiri ao longo dessa caminhada me fizeram crescer, amadurecer, enxergar a vida de outra maneira e, principalmente, estimularam ainda mais o amor pela profissão que escolhi.

CAPÍTULO I:
EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para iniciarmos a discussão é importante diferenciar a educação de mera instrução. Conforme pesquisa feita por Luaiza (2009) a definição de instrução tem sido utilizado indistintamente para se referir ao que se define como educação.

Para o autor (apud BARANOV, 1989, p. 22)[3] "a instrução constitui o aspecto da educação que compreende o sistema de valores científicos culturais, acumulados pela humanidade". Nesta perspectiva nota-se a coincidência com o próprio termo de educação. A instrução, não é propriamente um aspecto da educação, nem reside dentro desta, nem é inerente a ela; porém, essa instrução deve ser considerada, como uma das formas de aperfeiçoar e otimizar o processo educativo.

Ainda segundo a pesquisa do autor, a instrução não é inerente à educação; não obstante, através da instrução pode-se desenvolver a educação. Se os estudiosos que consideram a instrução como parte inerente à educação estiverem certos, não existiriam pessoas bem instruídas, pessoas já formadas, porém sujeitos mal educadas. Ou também, não existiriam analfabetos, sem alguma instrução, com uma "boa educação".

Partindo dessas definições, podemos perceber as características dos conceitos de educação e instrução. É fundamental conhecermos as diferenças entre tais conceitos, para não cairmos no erro de utilizarmos um pelo outro. A instrução deve ser apenas um nível inicial, não o fim do processo. A educação mostra-se mais ampla, pois "incita continuamente a consciência de ir além do social ao pé da letra" (SODRÉ, 2012, p. 12).

A educação é um elemento básico de coesão social e da identidade social. As instituições escolares e demais espaços educativos devem mobilizar os sujeitos quanto ao interesse na sua personalidade e fornecer a todos as bases culturais para decifrarem as mudanças em curso. Educar para uma cidadania consciente e ativa oferece a capacidade de pensar e olhar criticamente o mundo ao nosso redor.

---

[3] Benito Almaguer Luaiza realizou um trabalho que sintetiza o segundo capítulo da obra: Didática Universitária, resultado de mais de 10 anos de estudos e pesquisas, sobre educação ensino e instrução. Enviado ao site *monografia.com* em 20/03/2009.

Na sociedade contemporânea é fundamental que pensemos em um novo modelo de desenvolvimento que respeite os ritmos do sujeito. É necessária uma atualização contínua dos saberes e das competências; contentar-se apenas com a formação recebida na adolescência não é mais permitido, pois esta se mostra insuficiente para abarcar as demandas do mercado de trabalho.

Diante dessa nova realidade, surge a questão: qual o lugar ocupado pela educação na sociedade do futuro? Primeiramente é necessário distinguir dois fenômenos que vem ocorrendo: A globalização e a planetarização, apresentados por Coêlho Filho (2004, p. 30). Tomemos globalização como um fenômeno de natureza econômica, imposto pela abertura das fronteiras econômicas e financeiras. A planetarização é a construção de uma sociedade mundial com um sentido ao mesmo tempo político e social, por um lado, e educativo e pedagógico, por outro lado, na busca de uma 'compreensão mútua', de 'mais sentido de responsabilidade', de 'mais solidariedade', de 'aceitação das diferenças'. Como consequência dessa planetarização vemos sociedades cada vez mais interligadas e, por muitas vezes, quase homogêneas em conceitos e formas de pensamento.

A relação recíproca entre o local e o global interfere diretamente na prática educativa. Agora a educação tem a necessidade de dar conta dessa sociedade *mundializada*. Impõe-se a exigência de uma “revisão dos ideais tradicionais sobre o sentido da relação educativa e das suas formas institucionais, dentre as quais avulta a pedagogia em toda a sua diversidade prática e discursiva” (SODRÉ, 2012, p. 14). A política educativa não pode se transformar em mais um fator de exclusão social.

Diante disso, entendemos que a educação na sociedade do futuro mostra-se como um instrumento imprescindível para garantir cidadania. É condição central para que uma sociedade possa construir um projeto social, político e econômico que garanta uma vida de respeito a seus membros.

Num mundo cada vez mais competitivo e excludente, é forjada a ideia de que somente os mais preparados terão êxitos. Por isso, nesse processo de modificação econômica, social e política, não podemos exonerar a educação do seu papel como mediadora de conflitos e geradora de uma sociedade capaz de superar seus obstáculos. Dentro disso, aquilo que é tido como científico e, consequentemente, leva mérito sobre o conhecimento informal, também precisa ser revisto. Como afirma Sodré (2012, p. 23) "não se pode tudo conhecer cientificamente". Muitas vezes

tentamos assujeitar os saberes populares - aqueles que não se adequam aos moldes científicos - e encaixá-los em um ordenamento para assim considerá-los conhecimentos verdadeiros. A educação atual deve preparar o aluno à qualificação de conhecimento básico, à preparação cientifica, à capacidade para usar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação e desenvolver o seu caráter humanista.

Analisando o processo educacional, numa perspectiva mais globalizada e menos operacional (normas, leis, pareceres, etc), percebemos que a educação e o acesso constante à informação são cada vez mais indispensáveis para combater a exclusão social.

Falar sobre educação também nos incita a relacioná-la com a comunicação[4] já que esta "em toda a abrangência conceitual da palavra, está no cerne da educação que vem" (SODRÉ, 2012, p. 14). Nem sempre é possível enxergar claramente onde termina a informação e começa a educação. Atualmente, vemos como o relacionamento do sujeito humano com essa realidade informada passa necessariamente pela tecnologia.

Para Sodré (2012), citado por Barcellos (2012),

> a mutação eletrônica, que começou com a explosão da internet comercial, passa a impor uma revisão profunda na estrutura da escola e, principalmente, no professor. Esta mudança envolve, na essência, aquilo que emerge naturalmente do uso da tecnologia da informação e da comunicação (TICs): a inteligência e a diversidade como universos concretos.

Com base nisso, vemos que as muitas mudanças sofridas pela educação também estão diretamente ligadas ao desenvolvimento das TICs, já que o poder da informação generalizada influencia diretamente nos modos de agir e pensar. As tecnologias (TICs) impulsionam o sujeito a correr contra o tempo para manter-se informado ao mesmo tempo em que correspondem a uma valiosa ferramenta formativa.

A tecnologia é capaz de preceder a educação formal, pois a crescente interatividade social, em que os indivíduos interagem aceleradamente por meio da tecnologia eletrônica, supera - em muitas situações - a tradicional interação escolar

[4] A comunicação implica em relação. Nela também está contida a informação, inserida na mensagem que o receptor quer transmitir ao destinatário ou público alvo, contudo, há uma amplitude maior. A comunicação é o processo pelo qual ideias são transmitidas entre pessoas, tornando possível a interação social.

(SODRÉ, 2012, p. 157). As redes sociais são um exemplo claro dessa nova realidade: pessoas de diferentes localidades estabelecem vínculos, fato que há poucas décadas era quase inconcebível. As relações que, em sua maioria, começavam a se estabelecer nos espaços escolares hoje podem ocorrer mesmo entre os sujeitos que estão fora da escola.

Frente a essa nova natureza social, os projetos educacionais são obrigados a pensar e agir em sintonia com as exigências postas pela tecnologização do mundo e com as injunções do mercado global (SODRÉ, 2012, p. 14). Na nova realidade socioeconômica os empregos são cada vez mais criados também pela tecnologia.

Podemos considerar que as inovações tecnológicas limitam em parte a mão de obra, no sentido de que agora é necessário maior conhecimento para operá-las. Um treinamento básico muitas vezes não dá conta de preparar o funcionário de maneira adequada, o aperfeiçoamento constante é necessário. Sennett (2008), citado por Sodré (2012, p. 235), descreve um processo que acontece há décadas: a obsolescência das capacidades dos trabalhadores devido seu envelhecimento leva o sistema produtivo a preferir pelos mais jovens, em vez de realizar investimentos na recapacitação, uma vez que a população das faixas etárias mais elevadas muitas vezes demonstra dificuldade em desenvolver o domínio das novas tecnologias .

"Por outro lado, torna-se muito evidente, sob o influxo da globalização e das novas tecnologias, salta aos olhos, até mesmo aos olhos do senso comum, o crescente valor econômico da educação formal" (SODRÉ, 2012, p. 238). Em muitos ambientes profissionais o conhecimento da técnica ainda não supera o simples domínio desta. Gorz (2005), citado por Sodré (2012, p. 235), dá o exemplo dos trabalhadores no modelo pós-fordista[5] que devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nas atividades fora do trabalho, pois é nessas práticas que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação.

O profissional apto ao mercado de trabalho precisa estar atualizado frente as modificações nas tecnologias como um todo e trazer sua experiência externa de modo a acrescentar em sua prática. Somente a formação básica oferecida nas

[5] No modelo pós-fordista fundamenta-se na ideia de flexibilidade. Trabalha com estoques reduzidos, voltando-se para a fabricação de pequenas quantidades. A finalidade desta forma de organização é a de suprir a demanda colocada no momento exato.

instituições, sobretudo na Educação Básica, não abarca mais as necessidades do mercado profissional.

Algumas empresas tem feito a opção pela contratação de profissionais formados em áreas diferentes daquelas que vão atuar - muitas vezes por falta de serviços especializados na área -, mostrando que o sujeito está apto ao treinamento para solução de problemas nas mais variadas áreas de complexidade. Vemos a contradição: a procura por pessoas bem instruídas no que diz respeito ao conhecimento técnico, mas ao mesmo tempo, a ocupação de cargos por pessoas de diferentes áreas de formação, submetidas a um treinamento comum. Essa reflexão tem como objetivo frisar a importância da constante capacitação profissional e pessoal.

A formação continuada tornou-se extremamente necessária e isso não se restringe mais a um grupo específico de pessoas, mas a sociedade como um todo.

Portanto, o estudo de caso apresentado possibilitou a percepção da necessidade das empresas revisarem seus projetos de capacitação tendo em vista as reflexões apresentadas neste capítulo. Note-se que o termo utilizado pela empresa é “capacitação[6]” o que claramente denota a intenção de instruir e não educar no sentido delimitado pela pesquisa.

[6] Neste trabalho o termo capacitação é utilizado a partir do conceito adotado pela Escola de Educação Corporativa do TCU, o Instituto Serzedello Corrêa.

CAPÍTULO II:
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

Ao iniciarmos a discussão e reflexão sobre o perfil do público alvo do estudo de caso deste trabalho é importante abordar mesmo que de forma generalizada a educação de adultos, pois caracteriza o público dos cursos ofertados pelo TCU. Além disso, caracterizar Educação de Jovens e adultos faz-se necessário já que estes atualmente estão sujeitos inerentes destas capacitações. Para Jóia, Pierro e Ribeiro (2001, p. 58)

> a educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. Além disso, mesmo quando se focalizam os processos de escolarização de jovens e adultos, o cânone da escola regular, com seus tempos e espaços rigidamente delimitados, imediatamente se apresenta como problemático.

Ainda segundo Jóia, Pierro e Ribeiro (2001, p. 58):

> a entrada precoce no mercado de trabalho e o aumento das exigências de instrução e domínio de habilidades no mundo do trabalho constituem os fatores principais a direcionar os adolescentes e jovens para os cursos de suplência, que aí chegam com mais expectativas que os adultos mais velhos de prolongar a escolaridade pelo menos até o ensino médio para inserir-se ou ganhar mobilidade no mercado de trabalho.

Os autores nesse contexto afirmam que a suplência passou a constituir-se em oportunidade educativa para um largo segmento da população, com três trajetórias escolares básicas: para os que iniciam a escolaridade já na condição de adultos trabalhadores; para adolescentes e adultos jovens que ingressaram na escola regular e a abandonaram há algum tempo, frequentemente motivados pelo ingresso no trabalho ou em razão de movimentos migratórios e, finalmente, para adolescentes que ingressaram e cursaram recentemente a escola regular, mas acumularam aí grandes defasagens entre a idade e a série cursada.

Diante deste contexto e embora venha ocorrendo desde o período colonial, as iniciativas efetivamente governamentais no sentido de oferecer educação para os

jovens e adultos são recentes. Gadotti (2002, p. 35), divide a história da EJA em três períodos significativos:

1˚ - De 1946 a 1958: época em que foram realizadas grandes campanhas nacionais para erradicar o analfabetismo;

2˚ - De 1958 a 1964: em 1958 foi realizado o 2˚ Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a presença de Paulo Freire. A partir daí surgiu a ideia de um programa permanente para enfrentar o problema da alfabetização. Essa ideia serviu como impulso para o desenvolvimento do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 64, apenas um ano depois do seu início. No início dos anos 60, Paulo Freire apresentou e defendeu um modelo de educação libertadora e participativa, ampliando o conceito “Educação de Adultos” para “Educação Popular". Nesse período, Freire possibilitou um novo olhar acerca do processo educativo, enfatizando a necessidade de contextualizar o conteúdo apresentado em sala de aula com a realidade dos educandos.

3˚ - A partir de 1965: a insistência do Governo Militar gerou campanhas como a "Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã) e, posteriormente o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), concebido como forma de controlar a população e, ao mesmo tempo, formar mão de obra para as indústrias. Esse Movimento permaneceu em alta por quase 20 anos, atingindo o seu fim em 1985 e dando lugar a Fundação Educar, que apoiava tecnicamente e financeiramente as iniciativas de alfabetização das entidades civis, empresas e governos.

Durante a década de 90, a Fundação Educar foi encerrada e um enorme vazio tomou conta da Educação de Jovens e Adultos. Após a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien - Tailândia consagrou-se a ideia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização. A V Conferência Internacional de Jovens promovida pela UNESCO estabeleceu a vinculação entre EJA e o desenvolvimento igualitário e sustentável da humanidade, estabelecendo um importante marco.

A seguir, um quadro com a linha do tempo destacando os principais eventos relacionados a EJA no Brasil.

Linha do tempo - Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Década de 30	A educação de adultos começa a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil.
Década de 40	Ampliação da educação elementar, inclusive da educação de jovens e adultos. Nesse período, a educação de adultos toma a forma de Campanha Nacional de Massa.
Década de 50	A Campanha se extinguiu antes do final da década. As críticas eram dirigidas tanto às suas deficiências administrativas e financeiras, quanto à sua orientação pedagógica.
Década de 60	O pensamento de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspira os principais programas de alfabetização do país.
Ano de 1964	Aprovação do Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Essa proposta foi interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos.
Ano de 1967	O governo assume o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período lançou o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.
Ano de 1969	Campanha Massiva de Alfabetização
Década de 70	O MOBRAL expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram desse programa, o mais importante foi o PEI – Programa de Educação Integrada, sendo uma forma condensada do antigo curso primário.
Década de 80	Emergência dos movimentos sociais e início da abertura política. Os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização.
Ano de 1985	Desacreditado, o MOBRAL foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava, financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas.
Década de 90	Com a extinção da Fundação Educar, criou-se um enorme vazio na Educação de Jovens e Adultos. Alguns estados e municípios assumiram a responsabilidade de oferecer programas de Educação de Jovens e Adultos. A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil chega à década de 90 reclamando reformulações pedagógicas.
Ano de 1990	Acontece na Tailândia/Jomtiem, a Conferência Mundial de Educação para Todos, onde foram estabelecidas diretrizes planetárias para a Educação de Crianças, Jovens e Adultos.
Ano de 1997	Realizou-se na Alemanha/Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens, promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas). Essa conferência representou um importante marco, a medida em que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.
Ano de 1998	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, dedica dois artigos (artigos 37 e 38), no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram acesso na idade própria.
Ano de 2000	Sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução nº 01/00 – CNE. Em Mato Grosso, foi homologada a Resolução nº 180/2000 – CEE/MT, que aprovou o Programa de EJA para as escolas do Estado, a partir de 2002 e para os demais estados.

Tabela 1. Fonte: OLIVEIRA, R. Linha do tempo Educação de Jovens e Adultos (EJA). Disponível em <http://rozarialimaoliveira.blogspot.com.br/2011/09/linha-do-tempo-educacao-de-jovens-e.html>

Atualmente a EJA é prevista, assegurada e incentivada em diversos documentos legais, entre eles:

- Constituição Federal de 1988: assegura no Artigo 208 a educação de jovens e adultos como um direito de todos:

> O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
> – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, Constituição, 1988)

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96): aborda a Educação de Jovens e Adultos no Título V, Capítulo II, indicando-a como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000): delimita observações na oferta e estrutura dos componentes curriculares da EJA estabelecendo que

> a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

É claro que a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no mundo apresenta uma séria de acontecimentos que não foram mencionados aqui. O objetivo é apenas apresentar um panorama geral para que possamos avançar em nossas análises.

Um aspecto comum a todas as práticas de EJA é o reconhecimento da educação para além da escolaridade: os educadores e gestores sabem que é cada vez maior a possibilidade de aprender fora da escola.

O Relatório Condorcet (1972), marco histórico dos fundamentos políticos da educação de jovens e adultos na França, coloca que a instituição de EJA não deve abandonar o sujeito egresso e é obrigada a abranger todas as idades, assumindo que em nenhum momento da vida será impossível ou inútil aprender; e

reconhecendo essa instrução tão necessária quanto a da infância, como descrevem Gadotti e Romão (2002, p. 38):

> A instrução deve ser universal, isto é, se estender a todos os cidadãos [...] e deve, em seus diferentes graus e níveis, abranger o sistema inteiro dos conhecimentos humanos, e assegurar aos homens, em todas as idades da vida, a faculdade de continuar seus conhecimentos ou, por esse meio, de adquirir novos. *Relatório Condorcet, 1972.*

Dentro da aplicação da EJA, é fundamental explicitarmos a especificidade do adulto, sendo necessário distingui-lo até do jovem, tomando o cuidado para não misturarmos os mecanismos de ensino e aprendizagem desses dois, e não conseguir lidar adequadamente com o adulto.

Gadotti e Romão (2002) acreditam que o aluno adulto em processo de alfabetização não pode receber o mesmo tratamento que a criança, cuja história de vida está apenas começando. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo, ao mesmo tempo em que precisa ser estimulado e criar autoestima, pois a sua "ignorância" lhe traz angústias. É preciso que as suas frustrações, medos e vergonhas sejam verbalizadas e analisadas. "O primeiro direito do alfabetizando é o **direito de se expressar**" (GADOTTI; ROMÃO. 2002, p. 39, grifo do autor).

A instituição educativa que recebe esse aluno não pode ser apenas um local "que pressupõe a hegemonia e exclusividade do conhecimento enquanto um 'a priori' acumulado e não enquanto um 'em sendo'", como contesta Reis (2011, p. 70). O reconhecimento da construção cotidiana do saber e o espaço de escuta e fala a respeito desse processo são essenciais para a boa prática educativa do sujeito jovem ou adulto.

Portanto, o sujeito deste trabalho se define como um adulto-jovem que deve ser entendido como um sujeito histórico e que se constrói historicamente nas relações que estabelece com a vida fora e dentro do ambiente de trabalho.

O Instituto Serzedello Corrêa tem como pressuposto teórico metodológico a prática da Educação Corporativa. Cabe destacar que não é objetivo desta pesquisa aprofundar os conceitos e modelos de educação corporativa adotados pela empresa, mas definir um escopo conceitual para pautar a reflexão.

Essa modalidade educacional emergiu na década de 1950 nos Estados Unidos, com base em críticas ao modelo de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) das empresas. Esse padrão não se adequava ao novo modelo produtivo em

vigência, passando a ser considerado obsoleto. Diante desse contexto, Quartiero e Cerny (2005, p. 34) explicam que

> as características de um setor de Treinamento e Desenvolvimento padrão se tornaram tão desgastadas que melhorias ou mesmo uma reengenharia mais forte não seriam suficientes para adequá-lo às novas necessidades de educação no espaço das organizações.

As empresas dedicavam-se a ensinar aos trabalhadores o "como fazer", como suporte à melhoria de resultados do negócio e ao aumento da competitividade da organização. Essa noção estende-se até hoje e a maioria das instituições entendem que é preciso proporcionar ao profissional oportunidade para desenvolver aprendizagens significativas, integradas e associadas às atividades laborais que resultarão em satisfação profissional e consequente melhoria da qualidade de vida deste profissional.

Qualquer pessoa inserida no mercado de trabalho tem a consciência de que a formação contínua não é mais apenas uma escolha, mas uma necessidade iminente. Essa necessidade de atualização, qualificação e especialização dos profissionais tem aumentado o investimento das organizações em programas de formação que pretendem desenvolver em seus colaboradores habilidades, competências e princípios que vão ao encontro dos objetivos da organização, como afirmam Quartiero e Cerny (2005, p. 34):

> As empresas, ao criarem escolas ou universidades corporativas, estão preocupadas em desenvolver pesquisas e ações para obter respostas para as suas atividades-fim, ou seja, estão procurando treinamento e desenvolvimento para seus profissionais nos assuntos de seu interesse operacional e estratégico.

Um profissional que não se atualiza frente às novas tecnologias e conhecimentos podem ser considerados obsoletos, como foi tratado anteriormente. As organizações tem demonstrado preocupação e investido cada vez mais na capacitação que possibilite o aprendizado contínuo de seus servidores. Essa preocupação está ligada ao crescimento da complexidade com a qual as instituições precisam lidar e à necessidade da existência de políticas que assegurem a formação de quadros profissionais competentes.

A partir do exposto, percebe-se que a empresa ao referir-se a concepção de “Educação Corporativa” ainda preserva na essência uma concepção pragmática

com foco na instrução que denomina *educação*. Embora esta afirmação não possa ser aplicada a todos os modelos de educação corporativa existentes nas empresas percebe-se que ainda faz parte da grande maioria.

CAPÍTULO III:
ESTUDO DE CASO: CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se o contexto da pesquisa e o objeto do estudo de caso a partir de informações disponibilizadas no site do TCU e documentos da instituição.

3.1. O Tribunal de Contas da União (TCU)

O Tribunal de Contas da União, conhecido também como Corte de Contas, é um órgão administrativo previsto na Constituição Federal para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas.

A ideia de criação de um Tribunal de Contas surgiu pela primeira vez no Brasil em 23 de junho de 1826. Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e José Inácio Borges apresentaram projeto de lei com esse objetivo ao Senado do Império.

As discussões em torno da necessidade criação de um Tribunal de Contas duraram mais de sessenta anos. Finalmente, em 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, o Decreto nº 966-A criou o Tribunal de Contas da União, norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia. A Constituição de 1891 deu ao Tribunal caráter institucional definitivo, inscrevendo-o em seu artigo 89.

Entretanto, a instalação oficial desse órgão, só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao esforço de Innocêncio Serzedello Corrêa, então Ministro da Fazenda.

A institucionalização conferida ao Tribunal pela Constituição de 1891 conferiu-lhe competências para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União. Dentro de suas atribuições, logo após sua instalação, o Tribunal de Contas considerou ilegal a nomeação feita pelo Presidente Floriano Peixoto de um parente do ex-presidente Deodoro da Fonseca.

Floriano Peixoto, inconformado com a decisão do TCU, mandou redigir decretos que retiravam a sua competência para impugnar despesas consideradas ilegais.

Com o passar dos anos as atribuições do TCU passaram por significativas modificações. A Constituição de 1934 concedeu ao Tribunal, as seguintes atribuições: Conduzir o acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Na Constituição de 1946 foi acrescentado um novo encargo às competências da Corte de Contas: Julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões. A Constituição de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, retirou do Tribunal o poder de exame e julgamento prévio dos atos e dos contratos geradores de despesas, sem prejuízo da competência para apontar falhas e irregularidades que, se não sanadas, seriam então objeto de representação ao Congresso Nacional.

Finalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, a instituição Tribunal de Contas consolida-se através do importante papel de proteção do patrimônio público. As competências constitucionais privativas do Tribunal, disponibilizadas também no Portal do TCU na internet, constam dos artigos 71 a 74 e 161, conforme descritas a seguir:

- Apreciar as contas anuais do presidente da República;
- Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;
- Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares;
- Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional;
- Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais;
- Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios;
- Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas;
- Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos;
- Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização;
- Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais;

– Fixar os coeficientes dos fundos de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais.

O tribunal não está ligado diretamente a nenhum poder, o que faz com que seja um órgão independente ao exercer sua função constitucional.

3.2. Educação Corporativa no TCU

O Tribunal de Contas da União, de acordo com Resolução-TCU nº 212/2008, Artigo 3º, I, define a Educação Corporativa como sendo:

> O processo corporativo formado pelo conjunto de práticas de desenvolvimento de pessoas e de aprendizagem organizacional com o objetivo de adquirir, desenvolver e alinhar competências profissionais e organizacionais, permitir o alcance dos objetivos estratégicos, incentivar a colaboração e o compartilhamento de informações e conhecimentos, estimular processos contínuos de inovação e promover o aperfeiçoamento organizacional.

Essa mesma resolução estabelece que as ações relativas à educação corporativa do TCU serão regidas pelos seguintes princípios:

> I – parceria do Instituto Serzedello Corrêa com as demais unidades organizacionais do TCU e com outras instituições de educação, nacionais ou estrangeiras;
> II – vinculação das ações de educação aos objetivos e estratégias do Tribunal;
> III – equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional;
> IV – incentivo ao autodesenvolvimento e ao desenvolvimento profissional contínuo;
> V – busca de melhoria contínua e inovação de processos educacionais;
> VI – corresponsabilidade de gerentes com o processo de desenvolvimento do servidor e da equipe;

Dessa forma, podemos perceber que a prática da educação corporativa é o eixo central das ações educacionais deste órgão,e o desenvolvimento desta prática deve ser visto dentro do contexto organizacional de gestão do seu corpo técnico. A maneira encontrada para melhorar a qualidade no processo de gestão de pessoas é valorizar a educação corporativa e estimular a participação de servidores internos ou externos em cursos de capacitação. O Tribunal presa cada vez mais pela capacitação de seus servidores e dos funcionários da União de modo geral, por

acreditar que somente através desta capacitação o desenvolvimento dos profissionais acontece de forma efetiva e satisfatória.

De acordo com o projeto pedagógico do Instituto, o seu modelo pedagógico deve fundar-se na aprendizagem situada[7], adaptado a pratica educacional de uma escola de governo, com o objetivo de oferecer educação efetiva e continuada aos servidores.

Nessa perspectiva, a entendimento de ensino do ISC é baseado no inter-relacionamento entre professor, aluno e ambiente profissional. A concepção do planejamento educacional deve orientar-se para um ensino dialógico e participativo, no qual o professor é um facilitador de aprendizagem e ao mesmo tempo um transmissor de conhecimentos à luz dos conteúdos acadêmicos e de sua experiência profissional.

3.3. O Instituto Serzedello Côrrea (ISC)

O Instituto Serzedello Corrêa previsto pelo art. 88 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU) e instituído pela Resolução-TCU nº 19. De 09/11/1994, é a unidade de apoio estratégico vinculado à Secretaria-Geral da Presidência do TCU que possui a finalidade de propor políticas e diretrizes de seleção externa de servidores, educação corporativa, gestão do conhecimento organizacional e gestão documental, bem como coordenar as ações delas decorrentes. É responsável pela Educação Corporativa do Tribunal, cumprindo o treinamento e desenvolvimento profissional.

O ISC recebeu esse nome em homenagem ao Ministro da Fazenda no período de 31 de agosto de 1892 a 30 de abril de 1893, Innocêncio Serzedello Corrêa. Conforme citado no breve histórico sobre o Tribunal de Contas da União, Innocêncio foi responsável pela regulamentação e funcionamento do Tribunal de Contas da União e defendeu a sua autonomia não só como órgão que registrasse as despesas, mas, sobretudo, como instituição independente e moralizadora dos gastos públicos.

[7] A aprendizagem, na visão da teoria da aprendizagem situada, é entendida como uma atividade ligada ao contexto e que possui como característica fundamental um processo denominado participação periférica legitimada Lave e Wenger (1991) citados por Gudolle; Antonello e Flach.

3.4. O Serviço de Ações Educacionais a Distância (SEDUC)

O Seduc é o setor do ISC responsável pela oferta dos cursos na modalidade a distância. A crescente demanda por capacitação profissional no TCU instigou a criação desse serviço.

> As atividades virtuais podem complementar a aprendizagem e reduzir a necessidade de encontros ao vivo, além de permitir um monitoramento detalhado da participação e do desempenho de cada aluno ou da turma toda. [...] É possível atender a diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e aumentar a produtividade do professor e do aprendiz. (TORI, 2010, p. 34)

A partir disso, muitos cursos realizados na modalidade presencial passaram por reformulações e novos eventos foram criados especialmente no formato para oferta a distância.

O Serviço de Planejamento e Diagnóstico (Seplad) identifica a demanda, recruta uma equipe para a elaboração do material didático e estabelece o design instrucional[8] da ação. Esse serviço conta com uma equipe composta por:

- Coordenação pedagógica: equipe responsável pelo planejamento do curso. Elaboram a matriz instrucional, estabelecem o objetivo geral e os específicos, definem métodos avaliativos e tudo que diz respeito a estrutura didática do evento.

- Conteudistas: especialistas no assunto a ser tratado na capacitação. Nem sempre possuem formação na área educativa, por isso contam com o suporte da coordenação pedagógica para construir o material de forma mais adequada.

Depois que o material e a estrutura do curso estão definidos, o Seduc passa a cuidar do processo de execução do evento educacional.

O ISC, por meio do Seduc, oferece cursos na modalidade a distância para servidores públicos tanto do TCU quanto de outras instituições. Esses cursos estão divididos em:

- Cursos autoinstrucionais: podem ser acessados pelo público em geral após o cadastro no Portal do TCU e não apresentam cronograma definido para ocorrer. O interessado se inscreve e conclui de acordo com suas possibilidades;

---

[8] O design instrucional é a concepção e o desenvolvimento de projetos educacionais, tendo como produtos finais o projeto pedagógico e os materiais didáticos. Cf. Batista, M. L. F. S.; Menezes, M. S.; O *Design* Gráfico e o Gráfico e o *Design* Instrucional na Educação a Distância.

- Cursos para servidores públicos de outras instituições: investindo na disseminação dos normativos legais e boas práticas, com o objetivo de contribuir para a aplicação correta e regular dos recursos públicos, o TCU oferece gratuitamente cursos para servidores das diversas instituições públicas. Os aprovados nesses eventos obtém certificado de participação e aproveitamento.

- Cursos para servidores do TCU: algumas ações educacionais são disponibilizadas exclusivamente para servidores do Tribunal. Estes funcionários também podem participar dos eventos abertos ao público externo mencionados acima. Todos os cursos ofertados pelo ISC podem ser utilizados para gozo de licença para capacitação. Essa licença é um direito legal estabelecido na Resolução-TCU nº 212/2008 e na Portaria Conjunta ISC-SEGEP nº 1/2009, que garante ao servidor o benefício de se afastar das atividades laborais para concentrar-se em cursos de aperfeiçoamento profissional.

Atualmente a equipe do SEDUC está dividida da seguinte forma:

- Coordenação executiva: equipe designada para planejar e implementar a ação educacional, no que diz respeito a definição de cronograma, configuração das turmas no ambiente virtual de aprendizagem, inscrições dos participantes, seleção e contratação dos tutores. Em síntese, esses coordenadores são responsáveis por todos os procedimentos inerentes à execução da ação educacional.

A coordenação executiva contrata e designa as funções dos monitores para ação educacional, que são responsáveis por procedimentos administrativos e gerenciamento de participantes.

- Monitor: agente responsável por auxiliar o coordenador nas atividades que lhes são designadas. O monitor é uma peça chave para o bom andamento da ação educacional já que deverá orientar os estudantes sobre o acesso e uso dos recursos do ambiente virtual de aprendizagem (plataforma Moodle) e sanar dúvidas sobre cronograma, entrega de tarefas, datas, estrutura do curso, etc., e acompanhar o cumprimento do cronograma de atividades dos participantes e tutores. Esse agente educacional é designado para motivar os participantes durante todo o curso, inclusive em situações não previstas no cronograma, através de mensagens.

- Tutor: contratado para tratar de todas as questões relacionadas ao conteúdo e a realização das avaliações do curso, respondendo as dúvidas, fomentando o

debate nos fóruns específicos, indicando leituras complementares e apresentando exemplos sobre os temas tratados no curso quando necessário.

Para que o evento educacional seja bem sucedido, é imprescindível que cada agente envolvido desempenhe bem o seu papel, trabalhando de forma colaborativa e em prol do aprendizado dos estudantes.

3.5. O ambiente virtual de aprendizagem - *Moodle*

O ambiente virtual utilizado pelo Instituto Serzedello Corrêa para a oferta cursos na modalidade a distância é denominado AVEC (Ambiente Virtual de Educação Corporativa). Esse ambiente utiliza o sistema de gerenciamento Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment).

A plataforma moodle foi originalmente desenvolvida por Martin Dougiamas. Dougiamas estava insatisfeito com o sistema WebCT utilizado pela Universidade Curtin da Austrália e por isso, como parte da sua tese de doutorado em ciência da computação e educação, elaborou um sistema que facilitaria a incorporação de novos recursos e funcionalidades. Desde o início o autor tomou o cuidado de incorporar em seu projeto conceitos pedagógicos relacionados ao sócio-construtivismo, sustentando que as pessoas constroem efetivamente conhecimentos novos na medida em que interagem com o seu ambiente e constroem alguma coisa para que os outros possam experimentar.

Essa plataforma oferece, entre outros pontos fortes, maior facilidade na produção e distribuição de conteúdos, permite o controle de acessos e atribuição de notas aos estudantes e possibilita o aumento da motivação dos alunos, graças aos recursos disponíveis (fóruns, chats, questionários e pesquisas com diversos formatos, etc.).

Atualmente o ISC utiliza a versão Moodle 1.9, considerada ultrapassada, pois o seu serviço de suporte não é mais oferecido, de modo que não é possível instalar novos *plugins.* O Seduc, em esforço conjunto com o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal está empenhado na transposição dos cursos disponíveis para a plataforma Moodle 2.6, mais atualizada e completa. Acredita-se que até o primeiro semestre de 2015 essa atualização esteja concluída.

O ambiente virtual AVEC-TCU além de ser de fácil acesso, busca uma integração entre os sujeitos, a fim de se construir uma aprendizagem colaborativa. Ao acessá-lo, o participante visualizará a lista de cursos nos quais está inscrito:

Figura 1 - Acessando o curso. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/avec/>

Após selecionar o curso que deseja, o participante enxerga a página inicial do evento, conforme imagem a seguir:

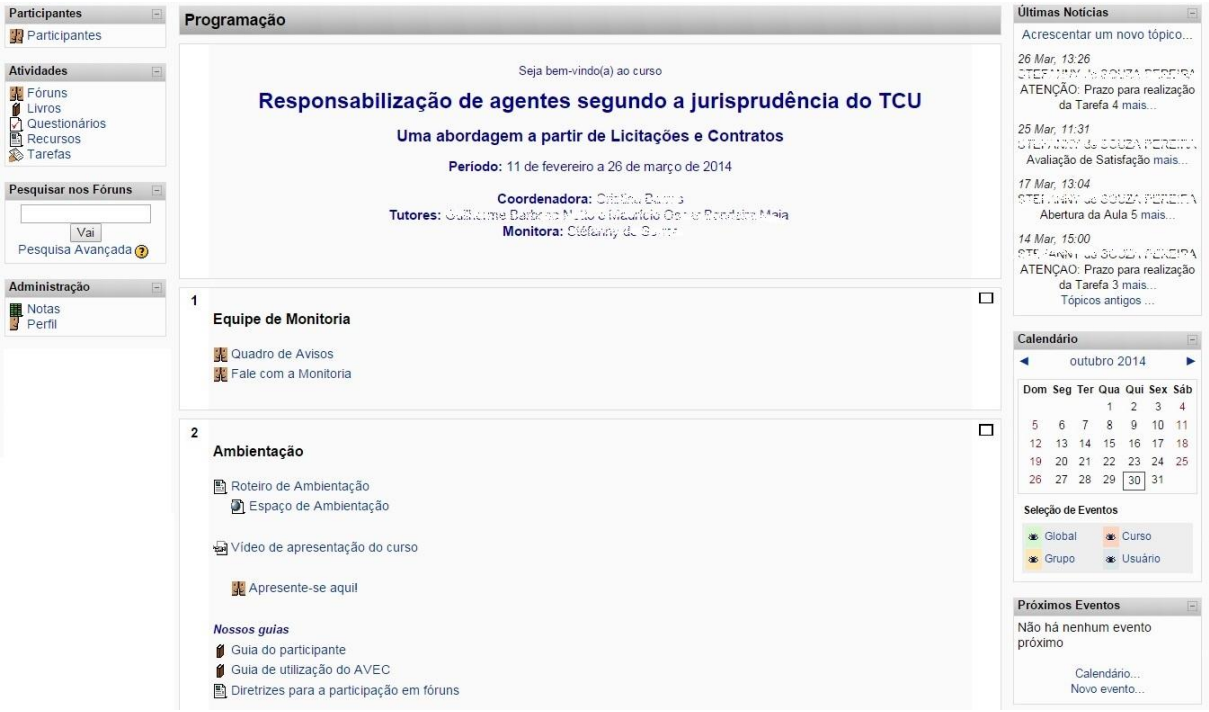


Figura 2 - Página inicial do curso. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/avec/course/view.php?id=2796>

As principais informações estão mostradas logo no topo (nome do curso, período de realização, coordenador, tutores e monitor). Na lateral esquerda são apresentados todos os menus do curso:

- Participantes: o estudante pode visualizar quem são todos os colegas matriculados nessa turma;

- Atividades: dentro deste menu estão listadas as atividades propostas ao longo do curso conforme sua categoria (Chats, Fóruns[9], Recursos, Tarefas, etc.);

- Pesquisar nos fóruns: abaixo do menu "Atividades", o estudante tem a possibilidade de pesquisar dentro dos fóruns de discussão temas conforme o seu interesse;

- Administração: neste espaço, o participante pode consultar o quadro de notas referentes às atividades avaliativas realizadas por ele e editar o seu perfil (podendo modificar o nome cadastrado, e-mail, foto etc.).

Do lado direito é disponibilizado um tópico com as últimas notícias (informações postadas no quadro de avisos do curso), um calendário que indica as datas mais importantes e os próximos eventos - encerramento de atividades, etc.

Os fóruns gerenciados pela equipe de monitoria são essenciais para a divulgação de informações inerentes ao curso e esclarecimento de dúvidas

[9] Recurso do *moodle* que permite discutir sobre os temas propostos ao decorrer do curso.

referentes a utilização do ambiente virtual. O primeiro deles é o Quadro de Avisos, destinado exclusivamente para avisos da tutoria, monitoria ou coordenação executiva, referentes ao cronograma do curso e demais aspectos essenciais para o bom aproveitamento educacional.

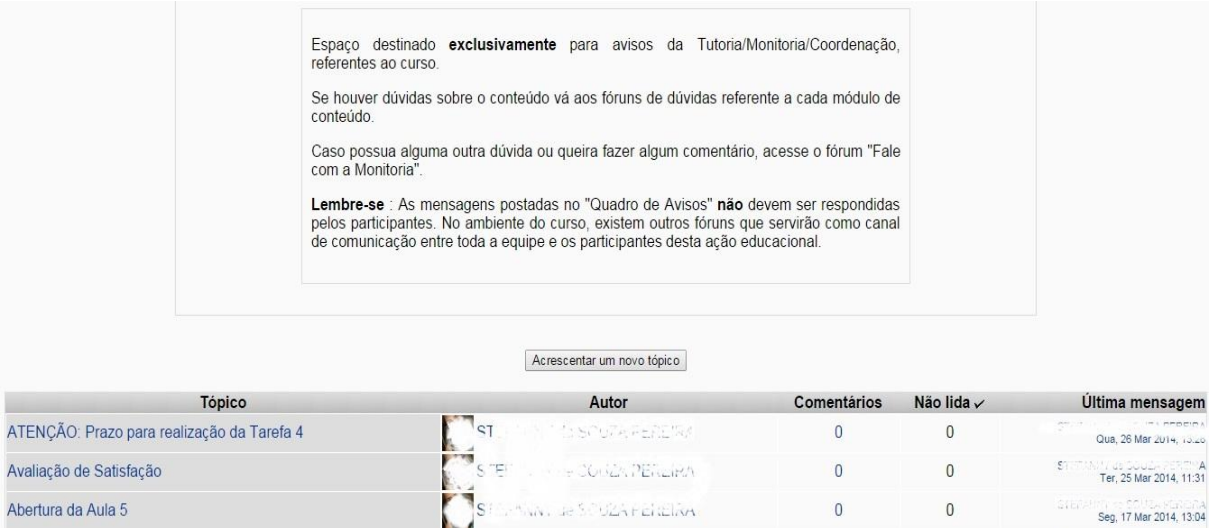


Figura 3 - Quadro de Avisos. Disponível em: < https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/forum/view.php?id=56820>

O segundo fórum é o "Fale com a Monitoria" espaço reservado às dúvidas dos participantes quanto à utilização do ambiente virtual, orientações gerais sobre o curso (informações do cronograma, disponibilização dos feedbacks das atividades etc.).

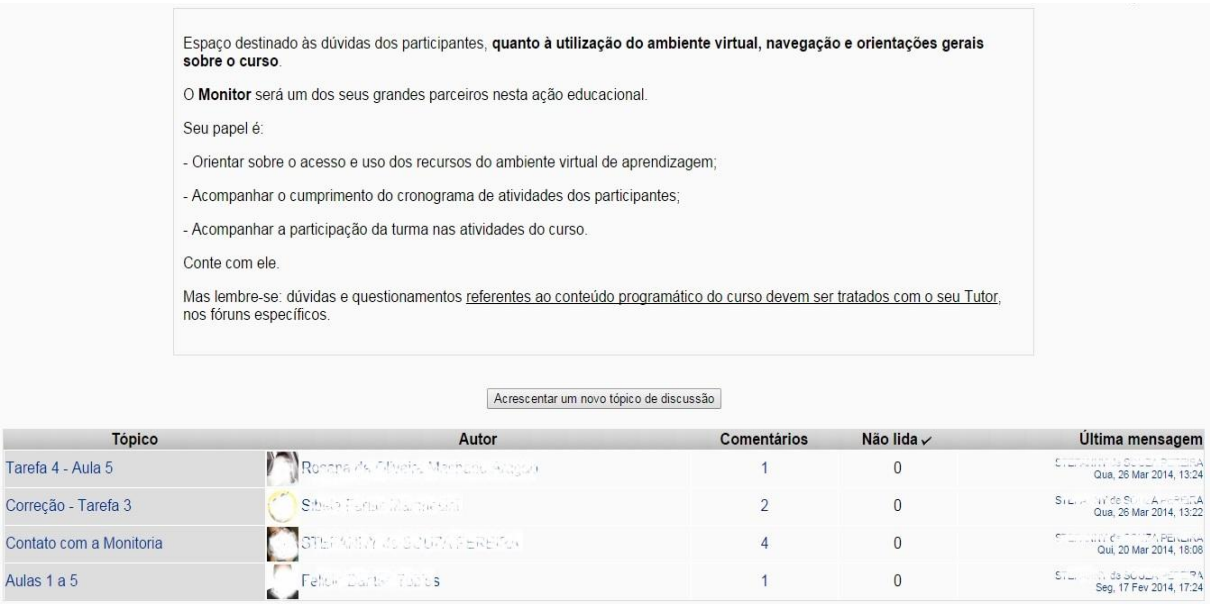


Figura 4 - Fórum "Fale com a Monitoria".
Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/forum/view.php?id=56821>

Dando continuidade a estrutura do curso no AVEC, temos o módulo "Ambientação", composto por:

- Roteiro e espaço de ambientação: com o objetivo de facilitar a adaptação ao ambiente virtual, sobretudo para aqueles que estão realizando um curso em EaD pela primeira vez, encontra-se disponível esse espaço para conhecer, aprender e praticar o funcionamento do ambiente virtual. Essa área oferece uma visão mais aprofundada dos recursos e ferramentas utilizados.

- Vídeo de apresentação do curso: o tutor, figura responsável pelo gerenciamento do conteúdo, apresenta nesse vídeo um pouco do que será trabalhado e como funcionará a dinâmica do evento.

- Apresente-se aqui: fórum específico onde os participantes se apresentem abordando aspectos mais pessoais (onde mora, com o quê trabalha, experiências em cursos realizados a distância, expectativas em relação a ação educacional). Como nesse caso não existe o contato "cara-a-cara", esse espaço foi pensado para que os alunos conheçam uns aos outros e sintam-se confiantes no ambiente virtual para expressar suas opiniões e participar dos debates.

Dois importantes livros estão incluídos nesse espaço de ambientação. São eles:

- Guia do participante: contém informações e orientações sobre o funcionamento do curso, de modo a facilitar o alcance do aproveitamento pleno da ação de aprendizagem. Dividido em tópicos, apresenta informações gerais, os objetivos específicos do curso, apresentação da equipe pedagógica, estrutura e cronograma do curso. O guia, naturalmente, não esgota todos os aspectos do funcionamento do curso, mas oferece uma visão geral e orientações necessárias para as principais atividades.

- Guia de utilização do AVEC: esse manual tem como objetivo auxiliar a navegação na plataforma de cursos a distância do TCU, de forma a facilitar o manuseio das diversas ferramentas oferecidas pelo ambiente, consequentemente um melhor desempenho na realização do curso.

Figura 5 - Guia do Participante. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=56831>

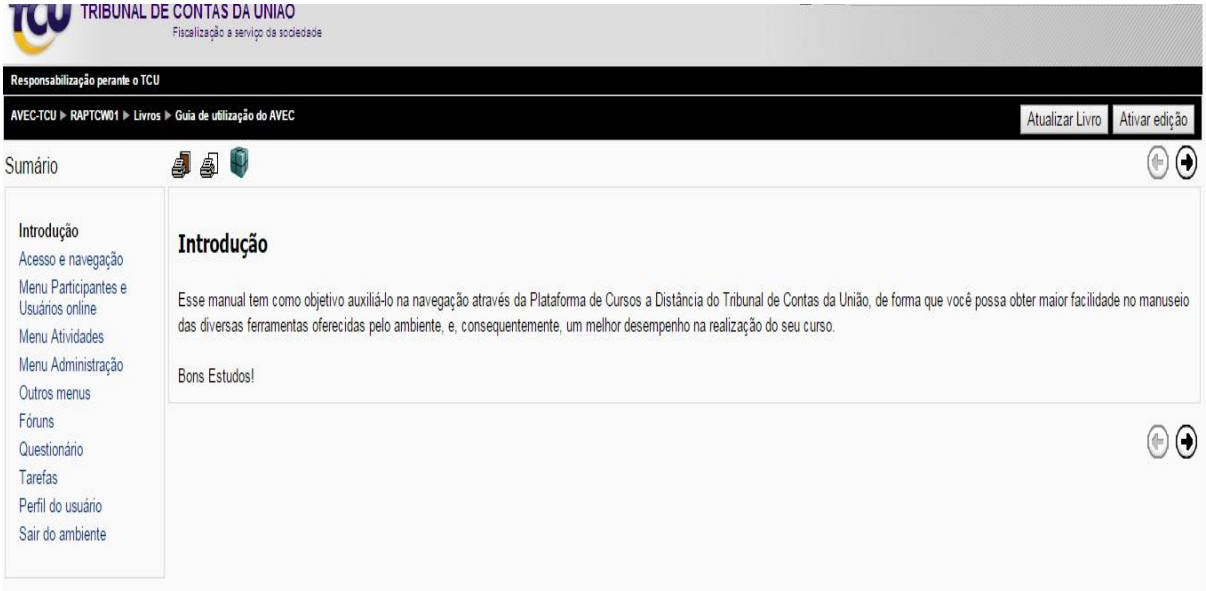


Figura 6 - Guia de utilização do AVEC. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=56832>

Entende-se que é importante que o participante se sinta familiarizado com o ambiente do curso, entendendo suas ferramentas, por isso o Instituto busca sempre facilitar esse processo, tanto atualizando de forma pedagógica o ambiente, quanto contando com o apoio dos monitores.

O curso que é o objeto de estudo desta pesquisa, Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU, está estruturado da seguinte maneira:

Aula 1 – Introdução à Responsabilidade

Roteiro de Estudos

Conteúdo da aula 1

Fórum de Debates

Exercício 1

Aula 2 – Responsabilidade de agentes em licitações

Roteiro de Estudos

Conteúdo da aula 2

Fórum de Debates

Tarefa 1

Aula 3 – Responsabilidade de agentes envolvidos em contratos públicos

Roteiro de Estudos

Conteúdo da aula 3

Fórum de Debates

Tarefa 2

Aula 4 – Responsabilidade de pareceristas

Roteiro de Estudos

Conteúdo da aula 4

Fórum de Debates

Tarefa 3

Aula 5 – Matriz de Responsabilização

Roteiro de Estudos

Conteúdo da aula 5

Tarefa 4 - Estudo de caso

Biblioteca virtual

Avaliação de Satisfação

As tarefas são atividades dissertativas corrigidas pelo tutor é o exercício é um questionário objetivo corrigido automaticamente pelo sistema. Os fóruns são espaços interativos assíncronos que permitem aos participantes enviar mensagens e aprofundar o conteúdo estudado, tirando dúvidas, apresentando novas questões, indicando leituras complementares e compartilhando experiências com os demais participantes. O tutor é o agente designado para cuidar desse espaço, fomentando o

debate, respondendo às dúvidas dos participantes e comentando as contribuições dos estudantes.

A utilização dos fóruns como recurso de aprendizagem é fundamental, pois, como colocam Reis e Martins (2008, p. 99, 104),

> Os estudantes devem ser incentivados a desenvolver atividades em que sejam sujeitos ativos do processo, interagindo com o restante do grupo. [...] A aprendizagem colaborativa apresenta-se como uma possibilidade de fomentar o saber coletivo, porque os meios de comunicação possibilitam que os estudantes se empenhem na discussão dos assuntos de interesse comum. [...] Nos fóruns cria-se uma noção de comunidade e um espírito de lealdade entre os estudantes porque as questões, dúvidas, participações são "públicas", permitindo um acompanhamento global das interações, utilizável de formas diferentes.

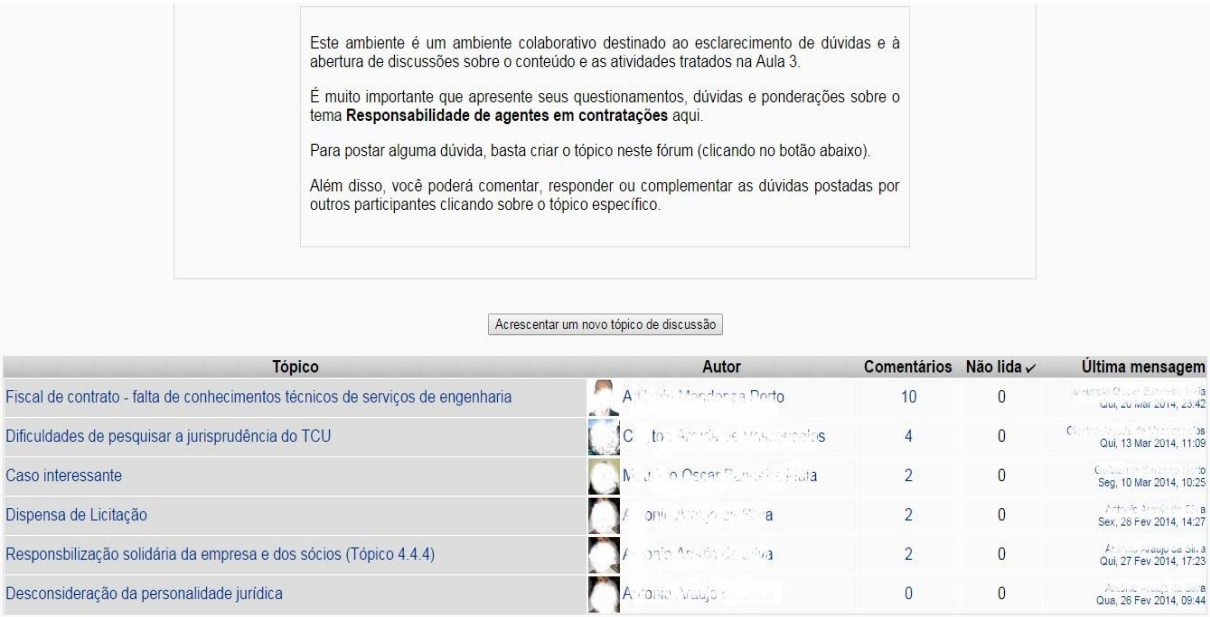


Figura 7 - Fórum de Debates. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/forum/view.php?id=50227>

Ao final da página principal do curso encontra-se a Biblioteca Virtual. Lá estão reunidos textos complementares ao conteúdo - documentos que visam acrescentar às informações trazidas nas aulas e demais materiais complementares que auxiliarão na compreensão do tema, além do material básico das aulas disponível para download.

Logo abaixo da Biblioteca, temos a Avaliação de Satisfação (esse questionário foi utilizado como instrumento de coleta de dados dessa pesquisa). O objetivo da avaliação é coletar as impressões dos participantes do curso para contribuir no aprimoramento dos eventos educacionais do ISC.

Figura 8 - Biblioteca Virtual e Avaliação de Satisfação.
Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/avec/course/view.php?id=2796>

O sucesso da ação educacional não se deve apenas ao domínio técnico do ambiente. É importante que o participante consiga envolver-se, mesmo que minimamente, e compreenda que ele é o principal agente do seu conhecimento. Uma equipe bem estruturada, consciente de suas funções e disponível para oferecer o suporte necessário também influencia diretamente na qualidade do aproveitamento.

Este curso ocorreu no período de 11 de fevereiro a 26 de março de 2014, totalizando 40 horas de duração. O público-alvo são servidores da área-fim do Tribunal que realizam atividades de controle externo de licitações e contratos que envolvam responsabilização de agentes perante o Tribunal.

Conforme descrito neste capítulo esta é a estrutura do Curso que serviu como objeto de pesquisa para o Estudo de Caso apresentado nesta Monografia.

CAPÍTULO IV:
ANÁLISE DOS DADOS

Levando-se em conta que os objetivos traçados para este trabalho estão atrelados ao estudo de caso do curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU" cabe destacar que a análise feita leva em conta os sujeitos que responderam ao questionário sendo que o objetivo de investigar se o curso oferecido pelo Instituto Serzedello Corrêa atinge os objetivos educacionais propostos refletindo sobre o impacto deste curso no desempenho da prática profissional dos trabalhadores adultos será apresentado nas considerações finais.

4.1. Análise dos questionários aplicados aos estudantes

A turma do curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU" era composta por 55 alunos. Todos os matriculados nesta ação educacional são servidores do TCU, ingressantes neste órgão por meio de concurso público. Como a participação no levantamento era voluntária, nem todos preencheram o questionário, de modo que a amostra dessa pesquisa é composta por 37 pessoas correspondendo a 67% dos participantes.

Optou-se por utilizar a avaliação de satisfação disponibilizada no sistema interno do TCU, denominado ISCNet[10]. Essa avaliação ficou disponível do dia 25 a 31 de março. O questionário (anexo 2) é dividido da seguinte forma:

a) Programação do Evento Educacional: clareza na definição dos objetivos educacionais; sequência de apresentação e adequação dos conteúdos aos objetivos; tempo disponibilizado, divulgação dos prazos e incentivo para cumprimento das atividades.
b) Ambiente de aprendizagem *(Moodle*): organização das informações e clareza nas orientações das atividades no ambiente virtual; funcionalidade e facilidade de uso dos recursos do AVEC; relação entre as atividades e

[10] Trata-se da ferramenta responsável pelo registro de cursos e palestras, inscrição, avaliação e demais aspectos administrativos relacionados aos eventos educacionais do Instituto, desenvolvida especificamente para esta finalidade.

situações práticas de trabalho; indicação de material suplementar ao conteúdo.

c) Desempenho dos tutores: condução dos fóruns; adequação ao tempo de resposta; respeito a opiniões divergentes; uso de linguagem de fácil compreensão.

d) Resultados do Evento Educacional: alcance dos objetivos do evento educacional; possibilidade de aplicação, capacidade de reconhecimento e probabilidade de melhoria do desempenho profissional com o uso das competências desenvolvidas; intenção de aplicar no trabalho as habilidades desenvolvidas.

e) Expectativa de Suporte: probabilidade de dispor de recursos necessários e ambiente propício ao uso das competências no seu ambiente de trabalho; apoio da chefia imediata para a aplicação, no trabalho, das competências desenvolvidas.

f) Oportunidades de Melhoria e Pontos Fortes deste evento educacional: espaço livre destinado ao registro de opiniões acerca desses aspectos.

Os sujeitos que participaram desta pesquisa, de acordo com os dados obtidos, dos trinta e sete (37) respondentes, seis (6) eram mulheres e trinta e um (31) homens, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Sexo Fonte: IscNet - intranet do TCU.

Levando-se em conta que o curso trata da responsabilização de agentes perante o TCU infere-se que a predominância do gênero masculino pode indicar que essa temática atrai mais interessados masculinos do que femininos.

Dentre esses participantes podemos observar que as faixas etárias estão entre 26 a 57 anos. Temos duas (2) pessoas com 58 anos ou mais, seis (6) entre 26 a 33 anos, oito (8) entre 50 a 57 anos, nove (9) entre 42 a 49 anos e, por fim, a maioria dos alunos está entre 34 a 41 (12, no total). Podemos concluir que o interesse pela capacitação, além da temática, inclui todas as faixas etárias sugeridas.

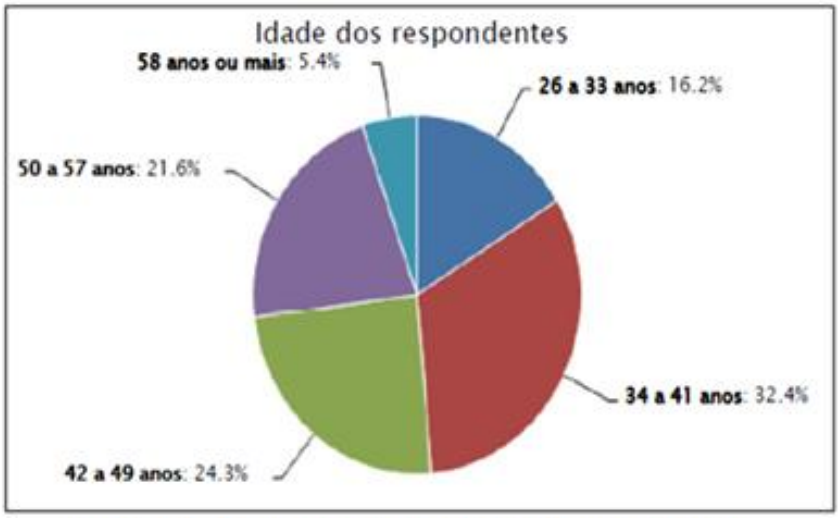


Gráfico 2 - Idade. Fonte: IscNet - intranet do TCU.

Outro aspecto analisado é o tempo do serviço no TCU. No que diz respeito a esse dado, os números mostram-se equilibrados.

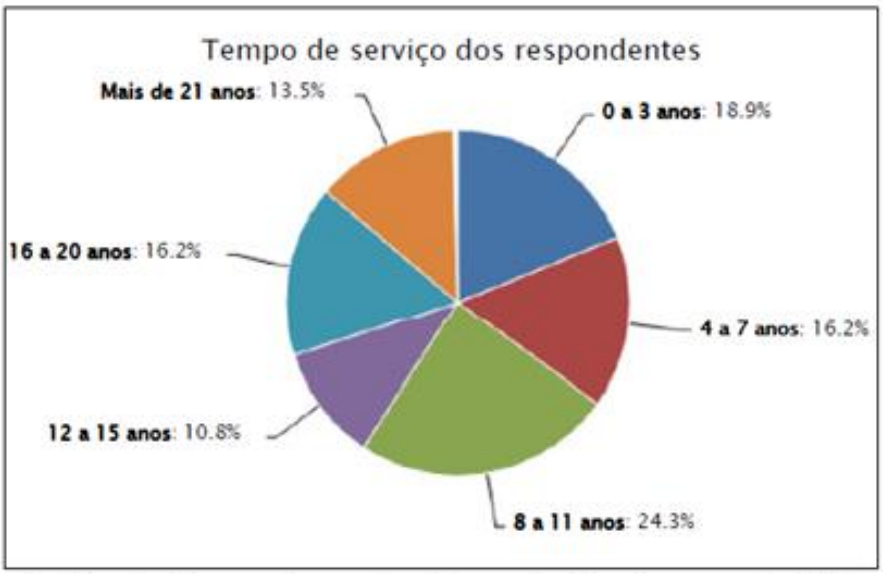


Gráfico 3 - Tempo de serviço. Fonte: IscNet - intranet do TCU.

Temos sete (7) pessoas trabalhando há três anos ou menos neste órgão, seis (6) com o tempo de serviço correspondente a 4 a 7 anos, nove (9) de 8 a 11 anos, quatro (4) de 12 a 15 anos, seis (6) de 16 a 20 anos e 5 pessoas que estão na casa há mais de 21 anos. O gráfico demonstra que a maioria está no TCU de 08 a 11 anos o que reflete a estabilidade dos servidores já que diante do contexto histórico do Distrito Federal de "local de concurseiros" o fato de no TCU se ter servidores estáveis facilita o planejamento das ações de formação continuada no órgão.

As seis primeiras perguntas do questionário estavam relacionadas à programação do evento educacional como um todo. As questões foram elencadas da seguinte forma: 1) clareza na definição dos objetivos do evento educacional; 2) adequação do conteúdo programático aos objetivos do evento educacional; 3) adequação do tempo necessário à realização das atividades e 4) sequência da apresentação dos conteúdos 5) divulgação dos prazos e incentivo aos participantes para realização das atividades. Os respondentes deveriam escolher uma classificação dentro da escala de um (1) a seis (6), sendo um equivalente a *péssimo* e seis a *ótimo.*

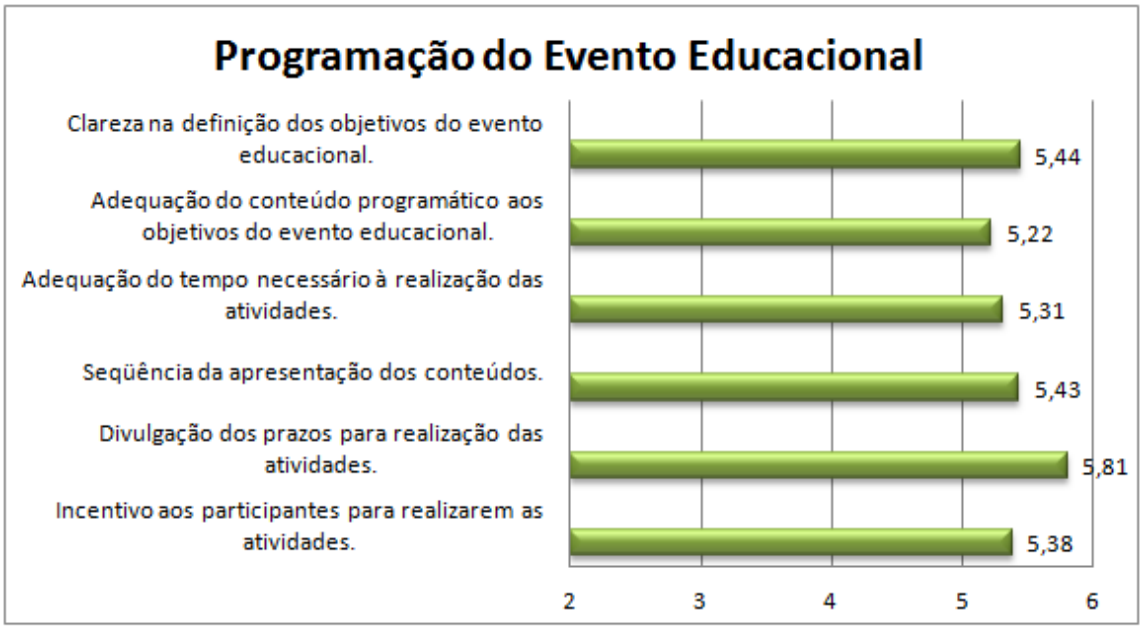


Gráfico 4 - Programação do Evento Educacional. Fonte: Avaliação de Satisfação.

A partir desses valores percebemos que apesar dos objetivos do evento mostrarem-se claros, o conteúdo programático não estava totalmente adequado ao alcance dessas metas. Os comentários abertos podem esclarecer melhor esse panorama. Entretanto, apesar de alguns desvios na formulação do conteúdo, a sequência didática escolhida alcançou rendimento próximo ao esperado. Isso ajuda

a demonstrar que o *design instrucional* dessa ação construído pelo TCU está dentro dos padrões estabelecidos pela equipe da realização do curso.

O tempo disponibilizado para cumprimento das atividades é fundamental nos cursos a distância. Participar de um evento nesta modalidade exige do aluno organização e autodisciplina, pois os estudantes precisam administrar bem o seu tempo, conciliando os estudos com as atribuições pessoais e profissionais do dia-a-dia. A flexibilidade oferecida pela EaD, além do aspecto tempo e espaço (o fato aluno poder estudar no lugar e no momento desejado), oferece a possibilidade do discente estabelecer o próprio ritmo de estudo, diminuindo ou estendendo o período tido como ideal para explorar os conteúdos, assumindo a responsabilidade sobre a construção do seu conhecimento. Por isso, o cronograma estabelecido para realização das avaliações deve ser elaborado levando em conta essa perspectiva.

A divulgação dos prazos para realização das atividades recebeu maiores notas dentro desse bloco de perguntas. Isso se dá pelo fato de que neste curso temos um fórum destinado exclusivamente à comunicação desses períodos. A equipe de monitoria é responsável por avisar quanto ao início e término das tarefas, tanto através do fórum mencionado, quanto por mensagens enviadas diretamente a cada um dos estudantes. Além disso, é disponibilizado um cronograma geral no Guia do Participante e cada Roteiro de Estudos das aulas também reforça essas datas.

Apesar da ampla divulgação, os participantes não sentiram na mesma proporção o incentivo para cumprimento das atividades. Além da necessidade de aprimorar sua autodisciplina e autogerenciamento, o estudante nessa modalidade também precisa sentir-se impelido pelos instrutores ou demais membros da equipe pedagógica a participar ativamente das avaliações.

No que se refere ao ambiente virtual de aprendizagem visualizamos o seguinte:

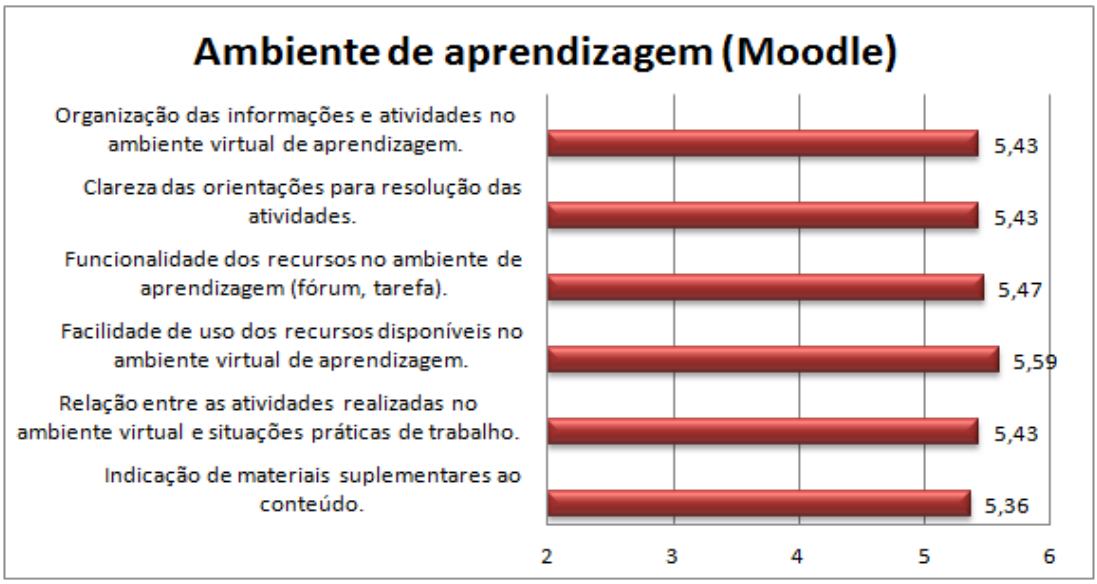


Gráfico 5 - Ambiente de aprendizagem (Moodle). Fonte: Avaliação de Satisfação.

Diante desse gráfico podemos notar que a variável que apresentou maior média está relacionada à facilidade de utilização dos recursos do AVEC. Considerando as atribuições exercidas pelos servidores do Tribunal que exigem predominantemente a utilização dos computadores, a experiência com essa tecnologia facilita o aproveitamento do ambiente virtual, já que as orientações básicas estão disponíveis para sanar as dúvidas que ainda possam surgir. Esse dado está relacionado ao reconhecimento da funcionalidade dos recursos no moodle, que obteve média 5,47. Quando se identifica a utilidade e a adequação do recurso aos objetivos propostos, torna-se mais fácil a utilização destes meios.

A indicação de materiais complementares apresentou média mais baixa. Isso pode ter ocorrido porque a recomendação de novos materiais didáticos por parte dos tutores depende também do interesse dos estudantes e muitas vezes estes esperam a iniciativa por parte dos professores.

No que se refere à organização das informações e atividades no ambiente virtual de aprendizagem e clareza das orientações para resolução das avaliações os resultados obtidos são os mesmos. No primeiro enfoque, ao descrevermos a disposição do curso no moodle, podemos perceber que este ambiente está configurado de forma clara e que as informações estão acessíveis. Deste modo, o sujeito que já está minimamente acostumado com o uso da internet consegue manusear as ferramentas básicas. Além disso, o fórum Fale com a Monitoria está a disposição daqueles que indicarem dificuldades na localização e usufruto desses

dados. Com relação à clareza das instruções recebidas para as atividades, é importante visualizar como essas tarefas estão dispostas:

Instruções

Siga os passos seguintes:

1. Salve em seu computador o arquivo **Tarefa 1**, seguindo esse modelo:

Tarefa_1_*Nome_do_Participante*.doc

2. Analise e responda todas as questões formuladas.

3. Ao concluir a tarefa, você deverá enviar o arquivo por meio do campo disponibilizado abaixo.

Mãos à obra!

Questão 1

Há alguma impropriedade na argumentação do Relatório transcrito na apostila referente ao Acórdão 1.235/2004-Plenário (Aula 2, item 1.3.1) no tocante a deveres dos membros da CPL? Caso positivo, aponte-o(s) e ilustre seu posicionamento com julgados do TCU.

Questão 2

É dever da CPL elaborar o Projeto Básico? Por quê? É possível dar continuidade a um certame sem a presença do Projeto Básico? Nesse caso a CPL poderia ser responsabilizada? Fundamente a sua resposta trazendo deliberações que espelhem a jurisprudência do TCU.

Questão 3

Identifique na jurisprudência do TCU acórdão em que é afastada a responsabilidade dos membros da equipe de equipe de apoio. Sintetize os fatos.

Figura 9 - Atividade Avaliativa (tarefa).
Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/assignment/view.php?id=50223>

Vemos que são concedidas informações gerais e um arquivo anexo com as questões a serem respondidas. O Fórum de Debates está disponível para os estudantes que não compreenderem qualquer situação apresentada na avaliação.

A relação entre as atividades realizadas no ambiente virtual e situações práticas de trabalho é essencial para o alcance dos objetivos educacionais delimitados

O resultado da avaliação do desempenho dos tutores foi muito semelhante. Foram avaliadas as seguintes especificidades dentro do curso: Condução dos fóruns de debates, visto que esses agentes são os responsáveis por incentivar, mediar e criar novas discussões; adequação ao tempo de respostas, pois diferentemente da educação presencial, nem sempre as dúvidas são respondidas instantaneamente, por isso o tempo de resposta precisar estar adequado à dinâmica do curso; respeito a opiniões divergentes, fator crucial para que os estudantes sintam-se a vontade para se expressar e, por fim, uso de linguagem de fácil compreensão, para

descomplicar questões do conteúdo e criar um ambiente propício ao diálogo simples e direto.

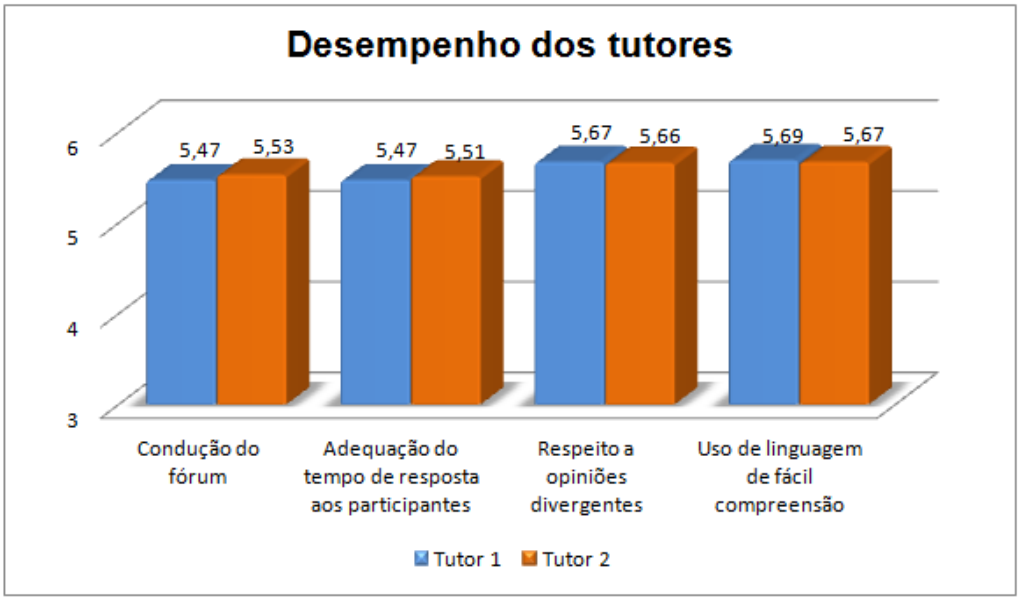


Gráfico 6 - Desempenho dos tutores. Fonte: Avaliação de Satisfação.

A condução do fórum por parte dos tutores é fundamental para que todos os envolvidos sintam-se impelidos a participar, concordando ou contestando o que lhes é apresentado.

Neste curso, dentro dos cinco fóruns disponibilizados para discussão dos conteúdos, foram criados dezessete tópicos de discussão, sendo dois desses de iniciativa dos tutores. Cabe destacar nestes fóruns que os estudantes mostraram-se interessados em esclarecer dúvidas ou instigar novos debates, totalizando 65 mensagens. A adequação ao tempo de resposta também é um importante fator para que os debates prossigam com entusiasmo, pois, como o fórum é uma ferramenta assíncrona, se as respostas demoram a vir os participantes podem perder a motivação e o interesse em registrar suas contribuições. Tanto o respeito a opiniões divergentes quanto o uso de linguagem de fácil compreensão são aspectos fundamentais para o bom andamento do curso e dos debates nos fóruns. Essa quatro variáveis apresentadas no gráfico estão diretamente relacionadas, por isso os valores alcançados encontram-se tão próximos.

Como o objetivo desse estudo é identificar se o curso oferecido pelo ISC atinge os objetivos educacionais propostos, as informações a seguir são essenciais:

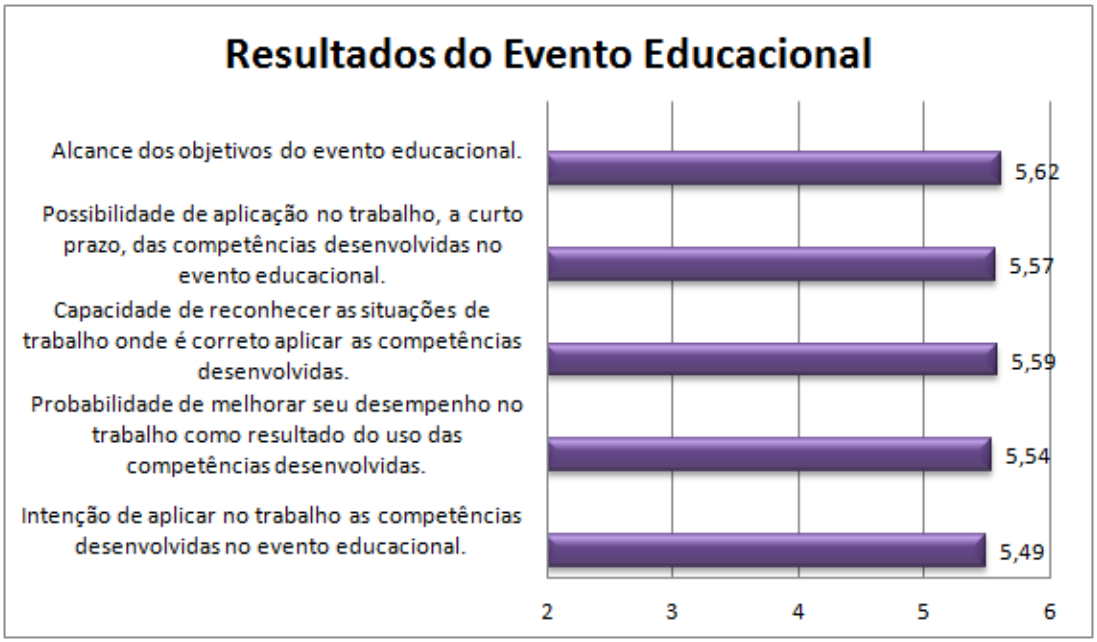


Gráfico 7 - Resultados do Evento Educacional. Fonte: Avaliação de Satisfação.

Neste gráfico, vamos nos deter principalmente à análise da primeira variável: Alcance dos objetivos do evento educacional[11]. De acordo com o Guia do Participante, as metas afixadas para este evento são:

Objetivos gerais:

Ao final do curso, espera-se que o participante seja capaz de, ao elaborar instruções e pareceres no âmbito do TCU, responsabilizar os agentes jurisdicionados envolvidos em Licitações e Contratos, com base na jurisprudência e prática do Tribunal.

Objetivos específicos:

- Descrever a natureza da responsabilidade que se apura no TCU;
- Realizar a adequada análise de responsabilização dos agentes que atuam na licitação;
- Formular adequadas e pertinentes propostas de encaminhamento em função de responsabilização analisada;
- Descrever as hipóteses em que o TCU tem responsabilizado pareceristas;
- Descrever as condutas praticadas por agentes públicos e/ou privados em desconformidade com o ordenamento jurídico pátrio;

[11] Cabe esclarecer que “evento educacional” no caso do TCU diz respeito a um curso.

- Estabelecer a relação de causalidade entre a conduta praticada pelo agente e o resultado irregular detectado;
- Avaliar a culpabilidade e formular propostas de encaminhamento compatíveis com a responsabilização analisada.

Conforme os resultados do gráfico a média de alcance destes objetivos é de 5,62 (numa escala de 0 a 6), sendo a mais alta desse bloco de questões. Analisando os reflexos dos dados neste curso pode-se inferir que o mesmo atingiu os objetivos propostos. No entanto, pode-se concluir que tais respostas foram positivas dada a forma como foram apresentadas ou seja, o bloco de questões relativas ao alcance dos objetivos do curso estão agrupadas de tal forma que o participante se insere no contexto geral das questões sendo portanto influenciado nas respostas.

Analisando outras respostas dadas pelos participantes pode-se identificar críticas em relação a modalidade a distância, como falta de tempo, inadequação do conteúdo, entre outras que isoladamente foram feitas e que complementam, no nosso entendimento, a resposta ao primeiro tópico – se os objetivos do curso foram atendidos ou não.

A capacidade de reconhecer situações e a possibilidade de aplicar no trabalho as competências desenvolvidas apresentam índices quase idênticos. Já a oportunidade de melhorar o desempenho no trabalho com o uso dessas competências é maior que a intenção de efetivamente aplicá-las. A partir dessas perguntas elencadas na avaliação de satisfação vemos o empréstimo do termo "competências". Mello (2010) define competência como

> a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação. Portanto, para constatá-la, há que considerar também os conhecimentos e valores que estão na pessoa e nem sempre podem ser observados. [...] Para ser competente, há a necessidade de dominar conhecimentos, mas também precisa saber mobilizá-los e aplicá-los de modo pertinente à situação. [...] A competência só pode ser constituída na prática.

Competência é um conceito de difícil definição principalmente se levarmos em conta o contexto sócio-econômico da sociedade capitalista. Percebe-se que as empresas de forma geral “emprestam” o termo competência sem necessariamente ter clareza acerca das implicações teóricas e metodológicas que envolvem sua

adoção. Pode-se dizer que se trata de um termo amplamente adotado e que constitui “um modismo” no cenário corporativo.

Os dados a seguir, reforçam a adoção do conceito de competência relacionado aos recursos necessários ao uso dessas competências, ao apoio da chefia imediata para aplicação das competências e ao ambiente de trabalho se propício ou não ao uso das competências. Note-se que o conceito de competência assume diferentes conotações e que a ênfase acaba por denotar muito mais habilidades na aplicação do que no desenvolvimento.

Chama a atenção o título do gráfico que coloca o desenvolvimento das competências na condição de suporte.

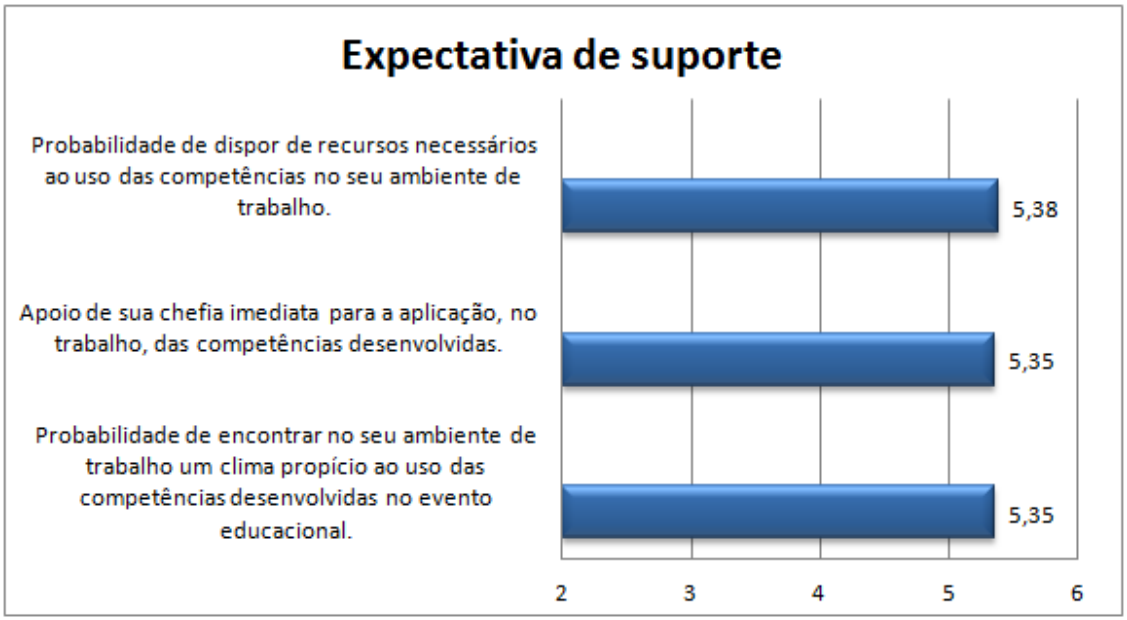


Gráfico 8 - Expectativa de Suporte. Fonte: Avaliação de Satisfação.

Todos os participantes estão atuando na área relacionada ao tema desse evento educacional e isso explica o alto índice de aceitação do tema.

O questionário aplicado também contava com questões abertas. Nesses espaços os participantes poderiam apontar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria para o curso. Esse espaço da avaliação não era obrigatório, por isso 15 estudantes[12] registraram suas opiniões. No que diz respeito ao conteúdo da ação educacional, os seguintes comentários foram apresentados:

> E7: Abranger a questão da responsabilidade para outras atividades, para além das licitações.

[12] Os participantes da pesquisa foram enumerados de 1 a 15, resguardando o sigilo da identidade dos respondentes.

> E8: A disponibilização em conjunto de esclarecimentos e técnicas de pesquisa nos sistemas do Tribunal.
> E10: Necessidade de abranger maiores situações teóricas e de fato que envolvam responsabilidade perante o TCU.
> E14: Foram bastante esclarecedores os pontos que trataram da responsabilização, dando um perfeito delineamento das responsabilidades dos ex-prefeitos, pareceristas, engenheiros fiscais de contratos, e membros das comissões de licitações e pregoeiros... Me ajudou bastante.

Os três primeiros comentários sugerem que a temática central do curso se estenda também à outras áreas, ou seja, a questão da responsabilidade seja apresentadas em outras situações e casos práticos. O quarto estudante elogiou o método utilizado para esmiuçar o processo de responsabilização.

Essas impressões acerca do conteúdo disponibilizado são muito subjetivas. Cada participante enxergará de acordo com a sua experiência e demandas profissionais. A definição do conteúdo, feita de acordo com a análise pedagógica, tenta abranger o máximo de aspectos possíveis, dentro do esperado para a ação educacional.

O material didático e a sua disposição no ambiente virtual também foram mencionados como pontos fortes do evento e receberam sugestões:

> E1 (ponto forte da ação educacional): Material didático
> E2: Objetividade e clareza na exposição dos conteúdos, numa sequência harmônica.
> E3: Sugiro que os documentos (fontes de estudos, pesquisas e outros) também sejam disponibilizados em formato editável em Word, preferencialmente.
> E8: Material didático de fácil compreensão.
> E9: Além de material escrito incluir material audiovisual.
> E11: Material didático excelente
> E13: A organização do curso, notadamente o conteúdo das aulas.
> E15: Objetividade, clareza e abrangência dos temas estudados; Qualidade do material disponibilizado como fonte de estudos/pesquisa.

Essas afirmações aprofundam o que é indicado no Gráfico 4, quarta variável: sequência da apresentação dos conteúdos. Neste curso, os conteúdos possuem datas específicas para serem disponibilizados. Uma das vantagens da EaD, como mencionado anteriormente, é a flexibilidade no que diz respeito à escolha dos locais e momentos de estudo. Apesar disso, a equipe pedagógica responsável pelo curso optou por definir previamente a concessão desses materiais, impossibilitando que os estudantes escolham em que ordem desejam aprender, de acordo com a sua realidade e preferências. Mesmo diante desse obstáculo, os participantes avaliaram positivamente a sequência da apresentação destes conteúdos. Dessa forma, infere-

se que os educandos estão acostumados a receber de forma pronta a organização dos seus estudos, não usufruindo de todas as possibilidades que está modalidade educacional dispõe. Os seis comentários positivos ajudam a demonstrar que o material elaborado atende às expectativas.

No que diz respeito às atividades, além do que já foi demonstrado em alguns gráficos, os discentes apontam o seguinte:

> E5: Questão de exercício ligada a jurisprudência do STF versus TCU. No caso, seria mais útil uma questão ligada exclusivamente ao nosso posicionamento do que confrontar jurisprudência de outras Cortes que não são usadas aqui. As tarefas não devem ser as mesmas de turmas passadas.
> E12: Exercícios para pesquisa de jurisprudência são cansativos e de pouca efetividade em termos de absorção de conteúdo. Poderia haver mais estudos de caso para fixação e aplicação prática dos conteúdos ensinados nas aulas.
> E13: Penso que a elaboração dos exercícios propostos podem ser melhorados.
> E14: Entendo que o número de quesitos nas tarefas que requeriam pesquisa jurisprudencial foi excessivo, pois a pesquisa pode demandar muito tempo. Sugeriria que houvesse um equilíbrio entre quesitos que demandam pesquisa jurisprudencial e quesitos cuja resposta possa ser encontrada no material de estudo.

Dois participantes sugerem a reformulação das avaliações, inclusive para evitar que se repitam entre uma turma e outra. É colocada a importância de equilibrar a complexidade da atividade e o delineamento com a prática exclusiva do Tribunal. O estudante 6 afirmou que as tarefas práticas são o ponto forte da ação educacional.

Um dos respondentes levantou o seguinte aspecto como oportunidade de melhoria:

> E11. Quando houver tarefas em grupo, estar disponibilizado no ambiente de aprendizagem, no início do curso, a divisão de grupos feita pela organização do curso.

Isso se deve ao fato de que, na última atividade do curso, sugere-se que a avaliação seja feita preferencialmente em dupla, como indicado no enunciado da tarefa:

> Os grupos não foram definidos previamente para que vocês tenham a liberdade de escolher com quem desejam "trabalhar". O propósito desse exercício é compartilhar os conhecimentos e experiências e aprender com o "colega ao lado". A ideia de fazer em dupla é justamente para tentar simular um ambiente de auditoria, quase sempre formado por uma equipe, a fim de nos habituarmos a trabalhar com os outros. Fiquem à vontade para utilizar o

> fórum de debates ou outros meios de comunicação para definirem quem serão os membros das equipes. Caso não seja possível formar um grupo com algum dos colegas do curso, é permitido que a atividade seja realizada individualmente.[13]

Muitas vezes, mesmo tendo oportunidade para escolher e gerenciar importantes aspectos do seu processo de aprendizagem, o estudante prefere receber a informação já pronta. Tal dificuldade pode ser oriunda de diferentes contextos: Trajetória escolar, hierarquia fechada dentro do local de trabalho ou simplesmente falta de interesse. Um dos objetivos dessa atividade é justamente o estimular o trabalho em equipe e desenvolver a autonomia do sujeito, pois, como afirma Freire (2009, p. 59), "o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros".

O Instituto baseia-se na afirmação de que a conciliação dos estudos com o trabalho e demais atividades rotineiras favorecem o aprendizado. Podemos observar a partir dos comentários a seguir que nem sempre isso é válido:

> E1. O curso deveria ser presencial. A rotina diária atrapalha o efetivo aprendizado.
> E2. O fator tempo de fato prejudica a realização do curso. Duas horas diárias não são suficientes para realização e aproveitamento do curso.
> E3. As metas do trabalho ordinário (com ênfase no cumprimento de prazos) prejudicam, sensivelmente, o desempenho do aluno no Curso, reduzindo, drasticamente, o tempo alocado para aprofundamento dos estudos, realização de tarefas, participação em fóruns etc.

Aqueles que precisam estudar utilizando-se dessa modalidade educacional (já que as iniciativas de cursos presenciais com essa temática são escassas), apesar de não precisarem necessariamente se deslocar do ambiente de trabalho, necessitam de um período específico para dedicarem-se aos estudos. Essa é uma das principais causas de evasão na EaD: falta de tempo do aluno para estudar e participar do curso, gerando acúmulo de atividades no trabalho. Diante disso, podemos inferir que a empresa opta por realizar capacitações concomitantes às atividades de trabalho, evitando gastos com o afastamento dos servidores, preocupando-se apenas com as facilidades geradas por esse processo, mas não demonstra efetiva preocupação com o processo de aprendizagem dos seus trabalhadores.

[13] Essa informação foi coletada dentro do próprio curso no ambiente virtual de aprendizagem (AVEC-TCU).

Neste curso, a maior parte das atividades avaliativas exige que os participantes realizem pesquisas no sistema de jurisprudência do TCU. Esse sistema não faz parte do ambiente virtual de aprendizagem e recebe algumas críticas:

> E15. Além disso, o sistema de jurisprudência é tão ruim que dificulta as pesquisas e, consequentemente, o resultado final do curso.
> E4. Dispêndio excessivo de tempo com pesquisa jurisprudencial.
> E5. Pesquisa de jurisprudência (sistema do Tribunal) difícil e demorada, em função da necessidade de leitura de inúmeros acórdãos. Tempo demasiado gasto nisso. É mais fácil pesquisar no Google e achar acórdãos do TCU que no próprio mecanismo interno de busca.

Essa vinculação das avaliações ao sistema de pesquisa jurisprudencial é necessária, pois esse é o mecanismo de acesso ao principal subsídio do Tribunal acerca da responsabilização de agentes. Tendo em vista esse ponto, é fundamental que esse sistema seja aprimorado de modo a eliminar esse obstáculo.

A última oportunidade de melhoria indicada trata da programação prévia:

> E6. Disponibilizar, por email, com antecedência (mínima de 3 meses) a programação dos eventos no exercício.

Novamente, para que o estudante seja capaz de conciliar as atribuições profissionais e os estudos, é importante que exista uma preparação prévia para organizar-se quanto ao cumprimento de suas metas.

O desempenho dos tutores também é mencionado algumas vezes como ponto forte do evento educacional:

> E5: Os instrutores foram excelentes, sempre disponíveis para solucionar as dúvidas e bem comunicativos.
> E8: Rapidez na correção das tarefas.
> E10: Domínio da matéria pelos tutores.
> E11: Orientações pontuais e claras dos tutores.
> E12. Muito boa a qualidade das orientações recebidas.

Esses bons comentários corroboram o que foi mostrado no Gráfico 6 acerca do desempenho dos tutores confirmando inclusive que a atuação de ambos encontra-se no mesmo patamar.

Em cursos a distância a interação entre o estudante e o tutor proporciona uma sensação de proximidade. Tal contato é mediado pela linguagem e, por isso, a escrita deve ser tratada de forma cuidadosa. O tutor deve buscar desenvolver sua competência comunicativa e interagir com o estudante buscando trazê-lo para o diálogo. Oliveira (2009, p. 8) afirma que "neste processo a afetividade é estimulada,

fazendo com que cada participante se sinta parte do grupo e motivado a permanecer no processo".

Embora os tutores tenham sido avaliados de forma positiva cabe esclarecer que ainda carecem de definição em relação a sua função no curso e que além dos estudantes os tutores devem ser avaliados pela coordenação pedagógica e também serem auto-avaliados. Outro aspecto importante é o processo de formação continuada destes tutores que merece cuidado e atenção.

Os seguintes pontos fortes também foram mencionados: *E3 - Curso de suma importância para a atuação diária; e E4 - Curso altamente prático;* confirmando a satisfação com os conteúdos disponibilizados, atividades e com a ação educacional como um todo, aliando a prática presente nas atividades com a realidade dos trabalhos desses servidores.

O Estudante 7 afirmou que "o material, o ambiente virtual e os instrutores são excelentes", enquanto o Estudante 9 elogiou o "tempo adequado para a realização das atividades (considerando o tempo estendido de disponibilização do curso em razão do Carnaval) e a não obrigatoriedade de participar dos fóruns de discussão." Esse último ponto indica que, para alguns, o fato de o fórum não ser pontuado apresenta-se como aspecto positivo, permitindo que as contribuições sejam espontâneas.

4.2. Análise do questionário aplicado ao coordenador pedagógico

O segundo questionário foi aplicado ao coordenador pedagógico. Como já mencionado, esse agente é o responsável pelo planejamento do curso, no que concerne: Elaborar a matriz instrucional, estabelecer o objetivo geral e os específicos, definir os métodos de avaliação e demais aspectos relacionados a estrutura didática do evento. Por isso, é interessante considerar o seu ponto de vista para obtermos uma análise mais completa.

A primeira questão perguntava em que momento surgiu a demanda de um curso com essa temática e em quanto tempo o material didático foi desenvolvido.

> Coordenador: A demanda sempre existiu, pois se trata de competência transversal, exigida de todas as secretarias finalísticas. Já existia um curso presencial de responsabilização cujo autor não cedia a apostila. Como contraponto, 6 autores se reuniram pra elaborar uma nova apostila, que

> ficou pronta em 2009. Esta apostila coletiva foi a base para o desenvolvimento do curso, que se deu em 2011 e 2012, levando quase 2 anos pra ficar pronto.

Diante do exposto, vemos que esse curso apresenta temática fundamental para a atuação do TCU, por isso a importância de oferecê-lo para o maior número de servidores possível. A produção do material didático foi realizada de forma coletiva e o processo de desenvolvimento do curso precisou de um tempo considerável para ser concluído. Isso indica a complexidade do tema a ser tratado e o cuidado na produção desses conteúdos.

O segundo aspecto abordado está relacionado à definição dos objetivos educacionais. Ao longo deste trabalho percebemos a importância de envolver o adulto em todo o processo educativo e isso inclui a escolha do que será trabalhado e de que forma isso será conduzido.

> Coordenador: Os objetivos foram definidos em parceria entre ISC, conteudistas (servidores de gabinete) e um parceiro (dirigente da Segecex).

Os conteudistas desse curso também foram os tutores, como veremos a seguir. A partir dessa resposta podemos ver que os estudantes interessados nessa área de formação não foram consultados no que diz respeito à fixação dos objetivos a serem alcançados. De acordo com a hierarquia do tribunal, o diretor da Segecex é o chefe de todos os servidores das áreas relacionadas a essa temática, portanto conhece, mesmo que minimamente, as necessidades que carecem de maior aperfeiçoamento.

Na terceira pergunta, o coordenador foi questionado se, desde a primeira oferta, os conteúdos e atividades passaram por alguma atualização.

> Coordenador: Sim. Após a primeira oferta, foram feitas atualizações pontuais e correções, e creio que a cada oferta podem ser feitas pequenas correções. Nada estrutural.

Isso demonstra o reconhecimento de que o conteúdo nunca está plenamente finalizado, mas alterações podem ser necessárias. Como o curso não precisou passar por nenhuma modificação estrutural significativa concluímos que o planejamento e a etapa anterior à execução foram bem realizados.

Por fim, perguntamos se o resultado da avaliação de satisfação aplicada ao final do curso gera modificações na ação educacional:

> Coordenador: Neste curso, após a 1ª oferta, a avaliação foi debatida e, a partir dos pontos ali listados, foram identificadas pequenas melhorias para o curso.

A avaliação de satisfação é um importante recurso para mensurar a qualidade do serviço que é oferecido, por isso é tão importante que os seus resultados sejam discutidos de modo a aprimorar cada vez mais a capacitação fornecida.

4.3. Análise dos questionários aplicados aos tutores

Os tutores, agentes responsáveis por tratar de todas as questões relacionadas ao conteúdo e avaliações do curso, também foram submetidos a um questionário, com o objetivo de coletarmos informações acerca do desenvolvimento e execução da ação educacional.

O primeiro tutor trabalha no TCU desde 1995 e é Bacharel em Ciências Econômicas, Administração e Direito. Já o segundo ingressou no Tribunal em 2000 e é graduado em Administração e Direito. Diante disso, vemos que nenhum dos dois possui especialização em docência ou áreas relacionadas à prática como professores. Ambos foram escolhidos para conduzir esse curso tendo em vista suas experiências no tema abordado.

A primeira questão estava relacionada à identificação da necessidade de aplicação do curso relacionado a essa temática especificamente na modalidade a distância:

> T1: O curso já existia. Era presencial. O ISC decidiu que deveria haver na modalidade à distância.
>
> T2: Na realidade, o curso de responsabilização já era ministrado há muito tempo no Tribunal, na modalidade presencial, inclusive em todas as Secex's regionais, com o deslocamento dos professores. Com o crescimento do ensino via EaD no ISC, a própria Escola de Contas decidiu investir nessa modalidade, diminuindo a oferta dos cursos presenciais (hoje praticamente restritos aos cursos de formação) e demandando a criação de um curso em EaD.

Identificamos que ocorreu uma transposição do curso presencial para EaD. Isso pode ser justificado pelo que já constatamos no segundo capítulo: As capacitações oferecidas virtualmente atendem a um público maior, por exigirem menos custos e estarem abertas aos profissionais que não tem disponibilidade de

tempo para se deslocar do seu local de trabalho e possuem atribuições que impossibilitam o seu afastamento legal por meio de licença-capacitação. Esse processo pode explicar algumas limitações do curso oferecido: Ainda hoje caímos no erro de apenas adaptar o material didático para plataformas virtuais, esquecendo de levar em conta as especificidades da EaD.

A segunda questão referia-se a elaboração do material didático:

> T1: Eu e o *tutor*[14] elaboramos durante vários meses o material, tendo por base o material do curso presencial.
> T2: O material didático é derivado do material do curso presencial, elaborado por um grupo de auditores do Tribunal. Com a demanda do curso em EaD, o ISC nos convidou a transformar/adaptar o material para um curso a distância, bem como para promover as atualizações jurisprudenciais necessárias.

Como esses servidores demonstraram domínio no tema, foram designados para adaptar os subsídios já existentes, de modo a torná-los aplicáveis para essa modalidade educacional. Essa atualização é necessária, pois, como afirmam Maia e Vidal (2010, p. 19), esse material:

> Tem que ser capaz de suprir tarefas que no modelo presencial são assumidas pelo professor, tais como incentivar, informar, orientar, dirigir, controlar. Segundo especialistas em produção desse tipo de material, na hora de redigi-lo, deve-se ter sempre presente tudo o que um bom professor faz. [...] A produção de material é decisiva para o êxito de um curso, e por isso deve ser bem planejado, ter coerência com a linha pedagógica do curso e clareza de objetivos. Deve ainda facilitar não só a socialização dos saberes já produzidos, mas ser um indutor no processo de construção de novos conhecimentos, bem como articular, de forma contextualizada, a teoria com o mundo vivencial no qual está inserido o aluno.

Na terceira pergunta os instrutores foram questionados se antes desse curso já haviam atuado como tutores em outros eventos.

> T1: Sim. Ministrava o curso presencial de responsabilidade
> T2: Não. Esse projeto é o primeiro do qual participo.

Apesar das diferentes vivências de cada um, os desempenhos apresentaram índices bem próximos, como apresentado no Gráfico 6 deste estudo.

A penúltima questão está relacionada à plataforma virtual - se ela tem se mostrado adequada para aplicação do curso:

[14] O nome do tutor foi omitido em observância aos critérios de ética da pesquisa.

> T1: Penso que podemos ter avanços, embora a plataforma atenda de algum modo.
> T2: Sim. Não temos presenciado problemas significativos na condução dos cursos. Algumas ferramentas poderiam ser melhoradas, como, por exemplo, o mecanismo de inserção de notas dos alunos para cada tarefa, muito demorado e pouco prático.

Tais avanços podem ser alcançados após a atualização do moodle utilizado pelo TCU, pois, como vimos anteriormente, a plataforma adotada pelo Tribunal está ultrapassada e não disponibiliza novos recursos, de modo que a opção por uma nova versão mais atual é necessária.

Encerrando o questionário, perguntamos como os tutores consideram a efetividade do curso nessa modalidade (aspectos positivos e negativos, oportunidades de melhoria etc.):

> T1: Para esse tipo de conteúdo, creio que o resultado em sala de aula é melhor. Há mais envolvimento. Surgem mais questões. Há um salutar espaço para críticas ao trabalho. É certo que o curso à distância tem suas reconhecidas vantagens, que também são vivenciadas neste curso, como a autonomia do tempo e a possibilidade de atender colegas distantes geograficamente, a baixo custo.
> T2: Cremos que o curso em EaD tem ajudado a disseminar um material de boa qualidade, o qual fica à disposição do aluno mesmo após o fim do curso, servindo como fonte de consulta diária no seu trabalho. Não obstante, temos algumas dúvidas quanto ao aprendizado efetivo dos alunos e ao conteúdo fixado da matéria, visto que o feedback se dá em tarefas pontuais, ao passo em que nos cursos presenciais com poucos alunos o professor consegue medir esse aprendizado nos exercícios em sala de aula, nas perguntas, na participação, etc.

Na primeira resposta vemos a clara opção do tutor pela educação presencial, apesar do seu desempenho na modalidade a distância ter sido muito elogiado. Mesmo diante das vantagens oferecidas pela EaD é compreensível que algumas pessoas façam a sua escolha pelo método de trabalho mais adequada. Na modalidade a distância também pode-se possibilitar maior envolvimento da turma e propiciar ambiente favorável as críticas, mas isso exige conhecimento do uso adequado das TIC e domínio de estratégias e metodologias de ensino e aprendizagem inovadoras e superior comprometimento por parte dos alunos e também disposição dos instrutores para instigar novas discussões.

O segundo tutor reconhece um dos benefícios mais significativos da EaD no TCU: o material fica disponível ao aluno mesmo após o fim do curso, servindo como fonte de consulta diária no seu trabalho, visto que os conteúdos e debates realizados no AVEC permanecem abertos à todos os que estiveram matriculados

naquela ação educacional. Esse tutor também coloca uma vantagem da educação presencial que beneficia a EaD, que é o feedback ao longo do processo educacional mensurado pela participação dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas são fruto do resultado deste trabalho e do estudo dos dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica e estudo de caso. O tema deste trabalho não esgota todo o seu potencial e não tem o intuito de sugerir profundas mudanças no processo de atuação do TCU. Tentou-se, apenas, por meio dos referenciais bibliográficos e da pesquisa, verificar o real alcance dos objetivos educacionais dos cursos oferecidos pela Escola Corporativa deste Tribunal.

O trabalho realizado possibilitou uma breve reflexão acerca das mudanças sociais no contexto educacional e seu reflexo na prática educativa da Educação de Jovens e Adultos.

Esta pesquisa evidencia o perfil do estudante adulto. O adulto que decide aperfeiçoar-se ou aprender novas lições que melhorem o seu desempenho profissional ou pessoal esbarra em alguns obstáculos para uma aprendizagem efetiva. Tais obstáculos são em sua grande maioria os mesmos em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Para tanto refletir sobre o adulto em situação de formação foi muito importante.

Analisar o curso do TCU permitiu identificar uma das principais dificuldades dos servidores que fazem cursos “em serviço”. Conciliar os seus estudos com as demandas profissionais diárias precisa fazer parte das discussões para formulação de novos cursos e atualização dos eventos já existentes não somente no TCU, mas nas empresas em geral. Os funcionários, mesmo estando motivados e interessados a participar, podem ser desestimulados pelo excesso de demandas inerentes aos cargos exercidos, que não podem ser deixadas de lado durante o curso, ou por falta de compreensão da chefia e colegas de trabalho que não se mostram abertos a criar um clima propício ao uso das competências desenvolvidas no evento educacional.

Um aspecto que pode ser aprofundado são as responsabilidades que são atribuídas aos estudantes a distância sem levar em conta que é a proposta pedagógica do curso que deve estar adaptada aos diferentes sujeitos da ação. Infelizmente há uma grande tendência de responsabilizar o estudante pelo seu sucesso ou fracasso como se a demandante da ação educativa só estivesse cumprindo os objetivos traçados para o curso. A iniciativa de melhoria do curso deve partir principalmente do Instituto que é o maior interessado em alcançar à

expectativa dos estudantes obtendo assim excelentes resultados em seus eventos educacionais.

Quanto ao uso da Plataforma *Moodle*, isso exige customização o que significa adaptar a plataforma aos objetivos educacionais do curso. Percebe-se que no caso do curso analisado além da falta de atualização da versão da plataforma, ainda são apresentadas limitações para o uso pedagógico.

Atualizar-se frente a essa tecnologia permitirá a utilização de novos recursos e abrirá um leque de possibilidades ainda maior, sobretudo para o desenvolvimento de materiais didáticos, jogos, recursos audiovisuais, ferramentas interativas e demais aspectos que contribuem positivamente para a participação interessada dos estudantes.

A análise realizada a partir dos questionários aplicados e demais aspectos relacionados ao evento educacional evidenciam que o ISC possui uma estrutura bem definida no que concerne ao planejamento, execução e avaliação de suas ações educacionais.

O esforço empenhado por cada uma das equipes é essencial para que a qualidade das capacitações tenha a possibilidade de crescer cada vez mais. Nessa pesquisa, enxergamos a importância da interação entre a coordenação pedagógica, os conteudistas e instrutores dos cursos, pois a partir do momento em que o material oferecido e sua sequência didática são submetidos à contribuição de todos os profissionais passam a receber o tratamento adequado para a sua formulação e aplicação, na medida do possível.

Algumas melhorias sugeridas nas atividades e recursos devem ser levadas em conta para possíveis atualizações neste curso. A equipe pedagógica afirma que as sugestões recebidas e os resultados obtidos nas avaliações de satisfação são levados em conta para essas atualizações.

Finalizamos esse trabalho ressaltando que toda e qualquer prática educativa, independente do ambiente no qual ela ocorre, precisa estar constantemente aberta à análise crítica do seu método e sua forma de aplicação.

Essa condição permanente de avaliação nos oferece um olhar mais aguçado e maior possibilidade de minimizar os erros cometidos e potencializar os pontos positivos. O compromisso do TCU em oferecer uma formação continuada de

qualidade para os seus servidores evidencia também o desejo de aprimorar-se cada vez mais. Este trabalho buscou contribuir com esse processo de melhoria.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Ao concluir o curso de Pedagogia vejo o quanto cresci e amadureci. Hoje consigo vislumbrar as inúmeras áreas de atuação do pedagogo e posso afirmar com toda a certeza: Eu não poderia ter feito escolha melhor. Felizmente apesar da minha pouca idade ao ingressar na universidade, a opção pelo curso foi a mais acertada.

As experiências dos estágios em escolas de Educação Infantil e no Tribunal de Contas da União foram igualmente ricas e prazerosas. Ter contato com a Educação a Distância me fez entender que a minha paixão pela educação se estende a variados níveis e modalidades. Facilmente trabalharia nessa área por muito tempo. Por enquanto, pretendo trabalhar mais algum período com a alfabetização ou outra fase da educação básica de modo a adquirir mais experiência nessa etapa que me encanta, para no futuro ter a oportunidade de atuar como docente na educação superior. Gostaria de poder transmitir aos estudantes de graduação um pouco daquilo que vivi e do que ainda vou adquirir. Para isso, buscarei ingressar no mestrado já no próximo ano.

Até alcançar esse sonho, estarei aberta às oportunidades que a vida me trará. Havendo possibilidade, prestarei concursos na área da Pedagogia, para não perder o foco do meu interesse inicial. Depois de trabalhar em um órgão público vi que esse espaço também carece de profissionais habilitados e comprometidos com a qualidade da educação em qualquer ambiente. Estou certa de que esse é apenas o início da caminhada.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, M. **Resenha: Reinventando a Educação (Muniz Sodré)**, 2012. Disponível em <http://blogclientesa.clientesa.com.br/clubedolivro/?artId=3897> Acesso em 18 de setembro de 2014.

BATISTA, M. L. F. S.; MENEZES, M. S. **O Design Gráfico e o Design Instrucional na Educação a Distância.** In: Design, Arte e Tecnologia. São Paulo: Rosari, Universidade Anhembi Morumbi, PUC-Rio e Unesp- Bauru, 2008. Disponível em <http://portal.anhembi.br/sbds/pdf/7.pdf> Acesso em 30 de outubro de 2014.

BAYMA, F. (org.). **Educação Corporativa Desenvolvendo e Gerenciando Competências.** São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall/Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BIANCHETTI, L.; QUARTIERO, E. M. (orgs.). **Educação Corporativa, mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nª 9394/96. Brasília: 1996.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**, aprovado em 10 de maio de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf>. Acesso em: Acesso em: 30 de outubro de 2014.

_____. **Resolução CNE/CEB nº1**, de 5 de julho de 2000 - DOU de 19/7/2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.

_____. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Dispõe sobre as ações de educação no TCU. Resolução nº 212, 25 de agosto de 2008**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/isc/legislacao_isc> Acesso em: 31 de outubro de 2014.

COÊLHO-FILHO, P. R. **Estratégias Educativas de EJA em Contextos Comunitários.** 1. ed. Brasília: Centro de Educação à Distância, UnB, 2004. v. 2. 202p.

DA REDAÇÃO. **Comunicação X Informação: como unir o conhecimento.** Disponível em <http://hotsites.atribuna.com.br/atribuna/jornalescola/noticias.asp?idConteudo=1125&categoria=3> Acesso em 29 de outubro de 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Política e educação: ensaios.** São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf> Acesso em 18 de setembro de 2014.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010, 200p.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2001.

GUDOLLE, L. S.; ANTONELLO, C. S.; FLACH, L. **Aprendizagem situada, participação e legitimidade nas práticas de trabalho.** In: Rev. Adm. Mackenzie, vol.13, no.1. São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-9712012000100002&script=sci_arttext> Acesso em 27 de outubro de 2014.

JOIA, O.; PIERRO, M. C. D.; RIBEIRO, V. M. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2014

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Metodologia científica**. 2 . ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LUAIZA, B. A. **Educação, ensino e instrução: o que significam estas palavras**, 2009. Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos3/educacao-ensino-instrucao/educacao-ensino-instrucao2.shtml#referencia> Acesso em: 28 de novembro de 2014.

MAIA, J. E. B.; VIDAL, E. M. **Introdução à Educação a Distância.** Editora RDS, 2010. Disponível em <http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-de-interesse-na-area-de-tics-na-educacao/introducao-a-educacao-a-distancia>. Acesso em 4 de novembro de 2014

MARANHÃO, M. E. **A importância da interdisciplinaridade e contextualização.** Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-interdisciplinaridade-e-contextualizacao/13408/>. Acesso em 6 de novembro de 2014.

MARTINS, H. G. **Estudos da Trajetória das Universidades Brasileiras**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MARTINS, S. M. **A Educação Brasileira nas Últimas Décadas: Obstáculos e Metas Dentro e Fora da Escola**. Disponível em <http://www.unioeste.br/travessias/EDUCACAO/A%20EDUCACAO%20BRASILEIRA.pdf> Acesso em 28 de outubro de 2014.

MEISTER, J. C. **Educação Corporativa.** São Paulo: Makron Books, 1999.

MELLO, G. N. de. **Afinal, o que é competência?** In: Algumas definições sobre habilidades e competências, 2010. Disponível em <http://escolaestadualmoacyr.blogspot.com.br/2010/07/algumas-definicoes-sobre-habilidades-e.html> Acesso em: 25 de novembro de 2014.

MOREIRA, A. S. **Educação no Brasil, Mudanças e Continuidades**. Disponível em <http://www.facebahia.com/revista/artigos/artigo1.pdf> Acesso em: 29 de outubro de 2014.

OLIVEIRA, C. L. A. P. **Afetividade, Aprendizagem e Tutoria Online**. 2009. Disponível em <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT16-5141--Int.pdf> Acesso em: 31 de outubro de 2014.

OLIVEIRA, R. **Linha do tempo Educação de Jovens e Adultos (EJA).** Disponível em <http://rozarialimaoliveira.blogspot.com.br/2011/09/linha-do-tempo-educacao-de-jovens-e.html> Acesso em: 21 de setembro de 2014.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PEREIRA, A. T. C. (org.). **AVA - Ambientes Virtuais de Aprendizagem em diferentes contextos.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2007.

PORTAL TCU. **Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/corporativo> Acesso em: 28 de outubro de 2014.

QUARTIERO, E. M.; CERNY, R. Z. **Universidade Corporativa: Uma nova face da relação entre mundo do trabalho e mundo da educação.** In: QUARTIERO, E. M.; BIANCHETTI, L. (orgs). *Educação corporativa: Mundo do Trabalho e do conhecimento: Aproximações. São Paulo: Cortez, 2005.*

REIS, F. L.; MARTINS, A. E. **A importância dos fóruns de debate na comunicação e interação no ensino online.** Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 9, n. 19: 2008. p. 97-111. Disponível em < http://www2.pucpr.br/reol/index.php/comunicacao?dd99=pdf&dd1=2408> Acesso em 1º de novembro de 2014.

REIS, R. H. dos. **A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos**. Brasília: Autores Associados, 2011.

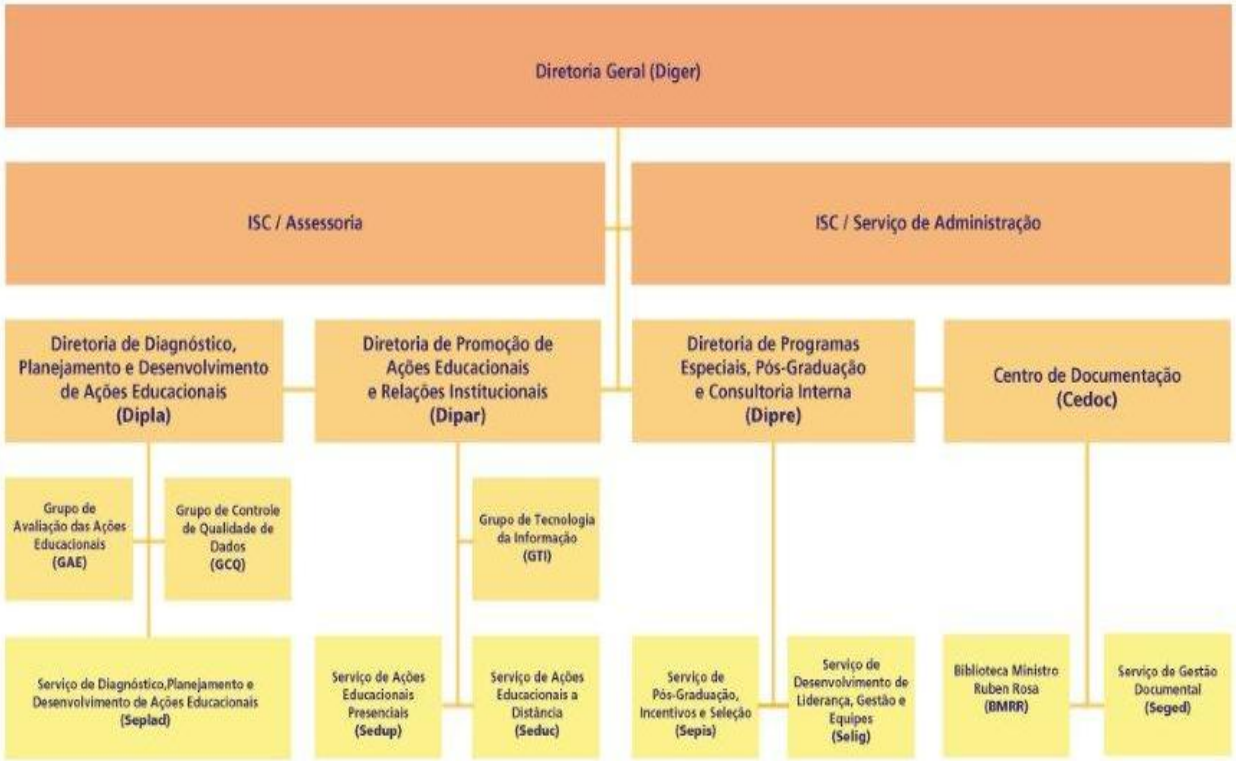
SANTOS, E. O. **Ambientes virtuais de aprendizagem: por autorias livre, plurais e gratuitas.** In: Revista FAEBA, v.12, no. 18, 2003. Disponível em: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/hipertexto/home/ava.pdf> Acesso em: 31 de outubro de 2014.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TORI, R. **Educação sem distância: as tecnologias interativas.** 1ª ed. São Paulo: Senac SP, 2010

ANEXOS

1. Organograma do Instituto Serzedello Corrêa



2. Questionário aplicado aos *estudantes* do curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU"

Prezado Participante,

Solicitamos que responda à avaliação de satisfação para que tenhamos um retrato fiel do evento educacional, tanto em seus pontos fortes como em suas oportunidades de melhoria.

Informamos que, resguardado o anonimato, os comentários abertos serão enviados na íntegra aos coordenadores, tutores e monitores do evento educacional e subsidiarão o planejamento de novas edições desse evento.

Desde já, agradecemos a colaboração!

Clique aqui para realizar a avaliação de satisfação!

Caro(a) participante,

Este questionário tem por objetivo registrar a sua opinião sobre diferentes aspectos do evento educacional do qual você participou.

Ao preencher esta avaliação, julgue cada item tendo em vista os objetivos gerais e específicos propostos pelo evento educacional.

Leia atentamente os itens a seguir e marque, à direita de cada um, o ponto da escala abaixo que melhor representa a sua opinião.

Suas respostas serão analisadas de forma agrupada e serão tratadas confidencialmente.

Utilize a seguinte escala para manifestar sua opinião sobre os itens que serão avaliados. A escala varia de 1 (péssimo) a 6 (ótimo).

Programação do Evento Educacional	1	2	3	4	5	6
01) Clareza na definição dos objetivos do evento educacional.	○	○	○	○	○	○
02) Adequação do conteúdo programático aos objetivos do evento educacional.	○	○	○	○	○	○
03) Adequação do tempo necessário à realização das atividades.	○	○	○	○	○	○

04) Seqüência da apresentação dos conteúdos.	○	○	○	○	○	○
05) Divulgação dos prazos para realização das atividades.	○	○	○	○	○	○
06) Incentivo aos participantes para realizarem as atividades.	○	○	○	○	○	○
Ambiente de aprendizagem (Moodle)	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
07) Organização das informações e atividades no ambiente virtual de aprendizagem.	○	○	○	○	○	○
08) Clareza das orientações para resolução das atividades.	○	○	○	○	○	○
09) Funcionalidade dos recursos no ambiente de aprendizagem (fórum, tarefa).	○	○	○	○	○	○
10) Facilidade de uso dos recursos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem.	○	○	○	○	○	○
11) Relação entre as atividades realizadas no ambiente virtual e situações práticas de trabalho.	○	○	○	○	○	○
12) Indicação de materiais suplementares ao conteúdo.	○	○	○	○	○	○
Desempenho do tutor (GUILHERME BARBOSA NETTO)	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
13) Condução do fórum.	○	○	○	○	○	○
14) Adequação do tempo de resposta aos participantes.	○	○	○	○	○	○
15) Respeito a opiniões divergentes.	○	○	○	○	○	○
16) Uso de linguagem de fácil compreensão.	○	○	○	○	○	○
Desempenho do tutor (MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA)	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
17) Condução do fórum.	○	○	○	○	○	○
18) Adequação do tempo de resposta aos participantes.	○	○	○	○	○	○
19) Respeito a opiniões divergentes.	○	○	○	○	○	○
20) Uso de linguagem de fácil compreensão.	○	○	○	○	○	○

Resultados do Evento Educacional	1	2	3	4	5	6
21) Alcance dos objetivos do evento educacional.	○	○	○	○	○	○
22) Possibilidade de aplicação no trabalho, a curto prazo, das competências desenvolvidas no evento educacional.	○	○	○	○	○	○
23) Capacidade de reconhecer as situações de trabalho onde é correto aplicar as competências desenvolvidas.	○	○	○	○	○	○
24) Probabilidade de melhorar seu desempenho no trabalho como resultado do uso das competências desenvolvidas.	○	○	○	○	○	○
25) Intenção de aplicar no trabalho as competências desenvolvidas no evento educacional.	○	○	○	○	○	○
Expectativa de Suporte	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
26) Probabilidade de dispor de recursos necessários ao uso das competências no seu ambiente de trabalho.	○	○	○	○	○	○
27) Apoio de sua chefia imediata para a aplicação, no trabalho, das competências desenvolvidas.	○	○	○	○	○	○
28) Probabilidade de encontrar no seu ambiente de trabalho um clima propício ao uso das competências desenvolvidas no evento educacional.	○	○	○	○	○	○

Utilize os campos abaixo para registrar pontos fortes e oportunidades de melhoria a respeito deste evento educacional.

Pontos Fortes deste evento educacional

0 de 1000

Oportunidades de Melhoria para este evento educacional

0 de 1000

APÊNDICES

1. Questionário aplicado ao *coordenador pedagógico* do curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU"

Esse questionário faz parte do projeto de pesquisa que visa analisar o alcance dos objetivos educacionais das ações oferecidas pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC-TCU), sob aplicação da graduanda Stéfanny de Souza Pereira e orientação da Prof.ª Dra. Nara Maria Pimentel.

As informações obtidas, por meio das respostas coletadas, obedecerão aos critérios da ética de pesquisa. Agradecemos a colaboração.

Ao coordenador pedagógico do curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU"

1) Quando surgiu a demanda de um curso com essa temática? Em quanto tempo o material didático foi desenvolvido?

2) Como é feita a definição dos objetivos educacionais? Os demandantes/interessados no curso são consultados quanto as prioridades de ensino?

3) Desde a primeira oferta, os conteúdos e atividades passaram por alguma atualização?

4) O resultado da avaliação de satisfação gera modificações na ação educacional? (exemplo: adequação do cronograma, alteração na estrutura do curso etc)

2. Questionário aplicado aos *tutores* do curso “Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU”

Essa entrevista faz parte do projeto de pesquisa que visa analisar o alcance dos objetivos educacionais das ações oferecidas pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC-TCU), sob aplicação da graduanda Stéfanny de Souza Pereira e orientação da Prof.ª Dra. Nara Maria Pimentel.

As informações obtidas, por meio das respostas coletadas, obedecerão aos critérios da ética de pesquisa. Agradecemos a colaboração.

Aos tutores do curso "Responsabilização de agentes segundo a jurisprudência do TCU"

1. Como foi identificada a necessidade de realizar um curso na modalidade a distância abordando essa temática?

2. De que modo ocorreu a elaboração do material didático?

3. Antes desse curso, vocês já haviam atuado como tutores?

4. A plataforma virtual mostra-se adequada para aplicação do curso?

5. Como vocês consideram os resultados obtidos com essa ação educacional (impactos causados, aspectos positivos e negativos, oportunidades de melhoria etc.)?